



# Anais da Assembléia

Nº 83

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 123ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1977

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Renato Bernardi e Augusto Carneiro.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiñaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 36/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 04/77, ex-Proposição no. 165/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e o Município de ALTO PIQUIRI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 29, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 36/77.

Levanta-se a Sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1977

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiñaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, **DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL** dos seguintes Projetos:

Projetos de Lei nos. 94/76, 05, 06, 11, 19, 20, 29, 34, 35, 37, 41, 42, 44, 48, 50 e 60/77.

Projetos de Resolução nos. 03, 10, 21, 25, 32, 33, 52, 54, 56, 61, 82, 85, 115, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 172, 230, 231, 232, 64, 65, 66, 67, 71, 74, 75, 73, 78, 98, 49, 47, 46, 45, 44, 43, 42, 14, 07 e 50/77.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a anexação do Projeto de Lei no. 07/77 ao 08/76, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço na atividade privada para efeito de aposentadoria do servidor público do Estado.

Outrossim, requeiro também, regime de urgência para o referido Projeto.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. BOLES LAU WZOREK, ocorrido hoje pela manhã, na cidade de Araucária.

Outrossim, aprovado o presente, seja participado a decisão da Casa, à família enlutada, na pessoa do Sr. Tadeu Wzorek, na Rua Vital Brasil, no. 1081, Araucária.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, respaldados no Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, requerem um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. BOLES LAU WZOREK, na cidade de Araucária.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI e LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Boleslau Wzorek, natural de Araucária, dedicou sua vida ao trabalho e à sua família. Homem de ampla visão e de grande círculo de amizades, graças ao setor comercial e industrial a que se dedicava juntamente com a família, grangeou simpatia e admiração de quantos o conheceram.

Paí exemplar, educou seus filhos no espírito cristão e voltados para a dedicação ao próximo. Um de seus filhos, sentindo a vocação herdada do berço, é líder político daquela cidade componente da área metropolitana.

Sua dedicação ao próximo evidencia-se no trabalho junto a Sociedades, como por exemplo a de Campina das Pedras, que soergueu, transformando-a numa das principais do interior de Araucária.

Além de suas atividades no setor comercial e industrial, bem como cultural, encontrou o pranteado por todos os tempos para se dedicar aos menos favorecidos e participando de todas as campanhas em prol da difusão da cultura e da tradição de seus antepassados.

Ao registrar o presente voto de profundo pesar os signatários solicitam que da manifestação da Casa seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Vereador de Araucária, Edvino Wzorek.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Previdência Social e à Associação Médica do Brasil, consubstanciados em denúncias por atendimento médico-hospitalar delituoso e exigindo providências.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

Justificativa:

Contristados e pesarosos, obrigamo-nos a presenciar ou a tomar conhecimento de lamentáveis fatos que diuturnamente dizem do asoberbamento, da rigidez, do endurecimento do coração humano, notadamente dentro da classe médica.

Não desejando contudo, emprestar conotações generalizadoras, somos impelidos à vista de desumanos atentados à vida, perpetrados isoladamente, mas que ao todo assomam proporções inalisáveis, engrossar as fileiras de milhares de seres, irmãos nossos, que clamam por seriedade, por dedicação, por melhores atenções por parte daqueles aos quais confiam o zelo pela saúde e pela própria existência.

Freqüentemente, entregamo-nos a desvirtuosos sentimentos de revolta, quando deparamos nas páginas de nossos

jornais, notícias constrangedoras relatando casos que se sucedem entre as paredes hospitalares, e que não raras vezes, culminam com sérios danos físicos ao paciente, com sua inaptidão para o trabalho, senão quando com a própria morte.

Prostramo-nos estarecidos ao constatar que mutilações e que mesmo assassinatos são cometidos por prevaricação de médicos destituídos de quaisquer sentimentos cristãos ou de respeito para com o paciente.

Paralelamente ao célere desenvolvimento técnico-científico da medicina, cresce o embrutecimento da alma do profissional que, com farta equipe médico-cirúrgico e pró-diagnóstico à mão, suficientemente dotado de conhecimentos necessários ao cumprimento da missão de salvar vidas, norteia-se simplesmente pela ânsia de enriquecimento rápido, olvidando a excelssitude de sua tarefa.

Procurando entender o porquê dessa mudança de formação verificada, sobretudo nos últimos anos, surge como fruto de rápida análise, a codificação da medicina como empresa.

Metamorfose lastimável e hedionda essa.

São abomináveis os médicos que dispendem a seus pacientes a mesma atenção dada às cifras, cálculos e projetos. Para estes a exatidão com a frieza que requerem. Para aqueles, a exatidão, mas com calor humano, com paternalismo até.

Tais manifestações de descrença, de repúdio, e de alertamento, nos foram motivadas pela carta cujas cópias anexamos e que solicitamos sejam encaminhadas à Superintendência Regional do INPS e à Associação Médica do Brasil. Seu signatário chora a perda do filho que nem sequer pode beijar, pois nasceu morto por culpa da irresponsabilidade e do descaso de médicos e pessoal para-médico do Hospital São Lucas, desta Cidade-Sorriso, desta Capital Universitária.

Arnaldo de O. Araújo Filho nos relatou ainda, que os atendentes de sua esposa, internada como beneficiária do INPS, com suspeita de aborto, negaram-se de lhe aplicar injeções anestésicas, ante a impossibilidade do pagamento da importância de cinco mil cruzeiros. Disse-nos ainda ser elevado o índice de mortalidade verificado nesse nosocômio e que é praxe a transferência de enfermarias comuns para apartamentos para auferição de maiores lucros.

Para salvaguarda da honra dos profissionais que relutam em preservar no exercício da Medicina como sacerdócio, tais fatos carecem ser levados ao conhecimento de nossas autoridades, para que providências sejam concretizadas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado um apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Dr. ALYSSON PAULINELLI, no sentido de que, na distribuição de novas quotas de trigo para o Estado do Paraná, passem a ter primazia os moinhos constantes da relação a seguir, com uma reserva de 40.000 t (quarenta mil toneladas) somente para eles, cuja capacidade diária gira em torno de 2.200 (duas mil e duzentas) sacas, num total de 110 toneladas por dia. E que na distribuição das referidas cotas, seja observada a capacidade em cilindros de cada um.

Relação dos Moinhos:

- |                            |                       |
|----------------------------|-----------------------|
| 1. Guaíra.                 | 2. Palotina           |
| 3. Marechal Cândido Rondon | 4. Assis              |
| 5. Toledo                  | 6. Córbelia           |
| 7. Guaraniçu               | 8. Pato Branco        |
| 9. Laranjeiras do Sul      | 10. Francisco Beltrão |
| 11. Campo Mourão           | 12. Maringá           |
| 13. Marialva               | 14. Mandaguari        |
| 15. Irati                  | 16. Castro            |
| 17. Contenda               | 18. Ubatatã           |
| 19. Ivaiporã               | 20. Capanema          |

21. Dois Vizinhos  
23. Salto do Lontra  
25. Piên.
22. São João do Sudoeste  
24. Verê

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

Sempre louvamos a atitude do Ministério da Agricultura, no sentido de evitar ao máximo o passeio do trigo e diminuir as despesas.

Alguns moinhos vêm funcionando há mais de vinte (20) anos, dentro da zona de produção do Estado do Paraná, havendo ainda, regiões que, exatamente por causa da existência do moinho é que sentiram-se estimuladas a produzir trigo. Dessa forma, seria uma injustiça gritante contra os pioneiros, se justamente, na hora de ser aumentada a cota, eles não fossem levados em consideração em primeiro lugar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JUNIOR, DD. Governador do Estado, no sentido de que, através da Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A, sejam prestadas as seguintes informações:

1. De que forma o Grupo Banestado, em conjunto com os Grupos "Bamerindus", "Cia. Comércio e Navegação (CCN)", e "Ajax Cia. de Seguros", participou da operação pela qual foi composto e elevado o capital social da PARANÁ CIA. DE SEGUROS, de 10 para 30 milhões de cruzeiros, conforme consta de editais publicados nos jornais "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná", de 06.05.77 e 19.05.77, respectivamente?

2. De que forma o Grupo Banestado participa do capital social da Paraná Companhia de Seguros?

3. Quais os demais componentes e qual a participação de cada acionista na composição do capital social dessa seguradora, antes e depois do aumento?

4. O Grupo Banestado participa do capital social de outras seguradoras deste ou de outros Estados?

5. No caso de participação, incluindo a Paraná Cia. de Seguros, quando, quantas e por quanto adquiriu essas ações?

6. Como participante do capital social, o Banco teria direito de indicar diretores nessa (s) seguradora(s)?

7. Em caso positivo, quais os direitos indicados e quais os critérios de indicação?

8. Sendo diretamente interessado na cobrança de prêmios, o BANESTADO, como participante do capital social de seguradora (s), não ensejaria prejuízos a outras entidades securitárias que servem de suas agências para tal fim? Por que?

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A imprensa paranaense, entre outros dias, publicou no dia 06 de maio deste corrente ano de 1977, editais comunicando que a Paraná Companhia de Seguros estaria elevando o seu capital de Cr\$ 10 milhões para Cr\$ 30 milhões, de cuja sociedade participam os grupos Bamerindus, Banestado, Cia. Comércio e Navegação (CCN) e Ajax Cia. de Seguros.

Nos dias 17, 18 e 19 do mesmo mês, publicavam-se no "O Estado do Paraná", editais de convocação para uma Assembleia Geral Extraordinária, visando homologar a elevação do capital, tendo no cabeçalho o emblema do Bamerindus, o que dificulta a identificação dos associados.

Ao que tudo indica, e uma vez confirmada a participação direta ou indireta do Banestado nesse negócio, estaria o Governo Estadual contrariando a filosofia e a política de atuação do Governo Federal, no campo de seguros, que é diametralmente oposta ao adotado posicionamento, o qual agora já é de domí-

nio público. Para que esta Assembléia Legislativa, dentro de suas prerrogativas constitucionais possa, exercendo as suas finalidades, analisar os aspectos intrínsecos e extrínsecos do comportamento do Governo do Estado nesta operação, mister se faz que as informações acima sejam fornecidas com precisão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja retificado o requerimento apresentado em sessão plenária de hoje, pelo qual se solicita informação sobre a participação do Banco do Estado do Paraná em operação com Grupos Seguradores no sentido de que, onde se lê "requer seja encaminhado ofício ao Sr. Dr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado", leia-se "seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Jayme Armando Prosdócimo, DD. Secretário do Estado das Finanças".

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o encaminhamento de apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Finanças, no sentido de providenciar verificação sobre as condições de segurança oferecidas pelo imóvel onde está funcionando a Agência Centro do Departamento de Rendas Internas, à Rua Riachuelo.

A referida Agência foi instalada, recentemente, no prédio onde anteriormente a Copel funcionava. Ocorre que inúmeras rachaduras estão surgindo, a ponto de escoras de madeira terem sido colocadas, escoras que estão vergando, sob o peso que sustentam, o que justifica o receio de um desabamento, com consequências funestas.

Assim, visando prevenir, o apelo se faz oportuno, justificando uma perícia técnica, capaz de determinar o índice de segurança que o prédio oferece aos que nele trabalham e ao público em geral.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer à V. Exa., seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Celso Sabóia, Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que determine providências para a instalação de uma agência desse estabelecimento de crédito na cidade de Cuiabá, Capital do Mato Grosso.

O grande desenvolvimento econômico que atinge a região Oeste do país, tem canalizado os mais variados recursos na implantação da infraestrutura agrícola, do qual o Banco do Estado do Paraná S/A tem contribuído sobremaneira entre os investidores paranaenses. Acontece que, a falta de uma agência desse estabelecimento de crédito naquela área, tem determinado o repasse desses recursos para outras agências bancárias, com prejuízo evidente para o BANESTADO e atrapalhos para os correntistas desse estabelecimento.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) HÉLIO MANFRINATO

Apoiamentos: Erondy Silvério, Accioly Neto, Gabriel Manoel, Jurandir Messias, Nilso Sguarezi, Gabriel Sampaio, Lázaro Dumont, Trajano Bastos, Lineu Turra, Muggiati Filho, Egon Pudell, Ivo Thomazoni, Werner Wanderer, Rosário Pitelli, David Federmann, Aguinaldo Pereira Lima, Fuad Nacli, Lúcio Machado, Fidelcino Tolentino, Ernesto Dal'Oglío, Deni

Schwartz, Nelson Buffara, Paulo Camargo, Antônio Facci, Alfredo Gulin, Ernesto Gnoato, Augusto Carneiro e Jorge Sato.

# PROJETO DE LEI:

## PROJETO DE LEI NÚMERO 87/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Conselho Particular de Maringá", da Sociedade São Vicente de Paulo", com sede o foro na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

# JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social junto à comunidade de Maringá.

Devidamente registrada, possui os requisitos essenciais para que o Poder Público a reconheça de utilidade pública, a fim de que a mesma possa usufruir dos benefícios legais.

Com a documentação que anexamos ao presente, temos a certeza de contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Recebemos do escritor e jornalista, Protásio de Carvalho, a sua última obra intitulada "A Didática dos Tóxicos".

Esta obra será apresentada ao público no dia sete de julho próximo, às 17 horas, na Biblioteca Pública do Paraná.

É oportuno salientar a pessoa de Protásio de Carvalho, como pesquisador social no campo educacional, como educador, conferencista e escritor de largos recursos.

É membro da Academia de Letras José de Alencar e do Centro de Letras do Paraná. Foi fundador e primeiro Presidente da Federação das Associações de Pais e Mestres do Estado do Paraná, e participante ativo de congressos educacionais e científicos, presidindo congressos de educação e saúde.

Coordenador Geral da Comissão Estadual de Prevenção e Combate aos Tóxicos — Membro da Liga da Defesa Nacional no Paraná — Prelecionador e coordenador do curso técnico-profissional do SENAC — Coordenador e membro de equipe de prelecionadores de cursos-anti-drogas, promovidos pela 5ª Região Militar e Forças Armadas Auxiliares, dos Estados do Paraná e Santa Catarina — prelecionador de Cursos de Educadores de Estabelecimentos de Ensino, instituídos pela Secretaria de Educação e Cultura, para a rede oficial e particular do Estado — Participou de simpósios sobre drogas, que estabelecem dependências farmacológicas, especialmente, para professores.

Escreveu os seguintes trabalhos sobre drogas:

a) Aspectos Multidisciplinares da Ficalização de entorpecentes.

b) Estudo do envolvimento do equilíbrio mental do mundo contemporâneo, pelas drogas.

c) Medicina Legal no Paraná.

d) As drogas perigosas e as multinacionais.

e) O enigma que leva milhões ao fumo.

f) Programa de combate aos Tóxicos no âmbito escolar paranaense.

Protásio de Carvalho escreveu ainda as seguintes obras:

1 — A delinquência infanto-juvenil e a Escola Integral.

2 — Conflito de Gerações.

3 — O mundo maravilhoso do lazer e a tevê educativa.

4 — Do Êxtase à Loucura (as drogas).

5 — A Educação e os Tóxicos.

6 — Alcoolismo — Vício de Civilizações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A obra de Protásio de Carvalho revela, juntamente com o novo livro que será lançado no próximo mês de julho, uma cultura invulgar e um trabalho de missionário, digno de nossa maior admiração e de nosso respeito. E, daqui desta tribuna, levamos ao ilustre escritor, o nosso aplauso mais veemente pelo trabalho ingente que vem exercendo no Paraná, que é um trabalho de sobreaviso e de vigilância contra as drogas que tanto malefício têm trazido às sociedades".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Reconheço não ser a fonte idônea para tecer críticas à tecnocracia que se instalou no país, mas, por outro lado, pela condição de político, possuo legitimidade para analisar os avanços da tecnocracia na área política.

Tomemos como exemplo marcante, as duas últimas recuadas do Governo Federal. Refirmo-me à desistência de implantar o empréstimo compulsório das "simonetes" e a recente retirada do projeto do Executivo que previa exigências de recolhimento de tributos ao reconhecimento de utilidade pública às entidades filantrópicas e assistenciais. Acredito, que não foi derrota do Executivo nas duas oportunidades, pelo contrário, foram expressivas vitórias do Presidente Geisel, pois conseguiu, não apenas impedir o surgimento de leis injustas, mas teve a coragem necessária de contrariar a tecnocracia que tomou inexoravelmente as rédeas de seu Governo.

Em qualquer nação democrática do mundo, são os políticos e os legisladores que traçam as prioridades da nação, cabendo aos técnicos a execução e a viabilidade dos objetivos visados. Infelizmente no Brasil de hoje, são os tecnocratas que pintam e bordam e, insensíveis aos reclamos da nação, se esqueceram de que o Estado existe para servir o homem e não este ao Estado.

Como oposição ao Governo, de maneira veemente, como sempre o tenho feito, em minhas críticas, rendo agora minhas homenagens à decisão adotada em pedir ao Congresso Nacional a devolução do projeto que faz exigências para o reconhecimento de utilidade pública às entidades filantrópicas e assistenciais. Em tempo reconheceu o Executivo que estava sendo, como entendo que sempre o é, vítima da insensibilidade dos tecnocratas.

Recuou e se engrandeceu neste gesto, pois os planejadores e técnicos governamentais, homens sem sentimento que hoje elaboram as leis, desconhecaram totalmente a história da assistência e do filantropismo na nossa terra. Pretender a cobrança de impostos das Santas Casas de Misericórdias e de todas as entidades assistenciais e beneficentes, realmente é o domínio da voragem dos números e das estatísticas — elementos que movem a tecnocracia brasileira, sempre pronta a acenar com planos irrealizáveis, o futuro do amanhã inatingível. Desengajar da luta na assistência social, instituições com mais de cem anos de permanente e filantrópico trabalho, seria reduzir a escombros as milhares de almas caritativas que, do amor ao próximo, fizeram o seu desiderato de vida. Exigir-se o pagamento de imposto de renda de religiosos que mitigam a dor e sofrimento de indigentes e menos favorecidos pela sorte, é levar às últimas conseqüências a doutrina fria e materialista de um capitalismo que só mesmo a tecnocracia consegue criar.

Tivesse a matéria sido tratada a nível de legislativo, não desconhecariam os políticos a incontável bagagem de serviços prestados à comunidade brasileira, por tais instituições.

Nós mesmos, aqui, quando pedimos o reconhecimento de utilidade pública a nível estadual, é porque reconhecemos naquelas entidades, aliados permanentes do governo na luta pela

melhoria de condições de vida do homem brasileiro.

Todavia, foram os tecnocratas que em seus gabinetes, com rendosos salários, e só vendo os números, elaboraram o plano de lei, agora, em boa hora, pedido de volta pelo Executivo.

Mas não é só no terreno da competência que a tecnocracia solapou a classe política. Assistimos os tecnocratas se preparando para entrarem nos parlamentos, apresentados sob a roupagem de políticos, no entanto, candidatos oriundos de gabinetes e corredores palacianos. Aqui mesmo neste Estado, já é possível identificar tecnocratas em campanha política, pois, afinal de contas, com o pacote de abril, ficou tão fácil se eleger com a máquina governamental, que até um senador biônico, foi "planejado".

Que nossos combatidos partidos políticos se conscientizem disso, pois com a entrada da tecnocracia nas corporações legislativas, estaremos criando dentro de nossos próprios organismos, o germe da pior doença que já se instalou no Brasil.

Enquanto alguns políticos radicalizam posições sem consciência de que um festival de dedodurismo sem precedentes na nossa história, está sendo manipulado pelas "eminências pardas" e "corifeus do Estado forte", sem alarde e sub-repticiamente se faz a escalada da tecnocracia. Enquanto o político é cassado por usar dinheiro público para comprar uma simples "calcinha" o tecnocrata é defendido e até desagravado por malbaratar o mesmo dinheiro público jogando fora na falência da "fábrica das calcinhas". Oxalá tivessem os militares que detêm o poder, o altruísmo de reconhecerem que quem lida com o povo, são os políticos e não os tecnocratas. Todos queremos um "país que vá prá frente", "que é feito por nós", mas não deixemos o povo para trás, não nos esqueçamos de que o futuro sempre será consequência do presente, e para viver o presente, antes e acima de tudo, necessário é restaurar, no mínimo a esperança de atingirmos o decantado futuro.

Que esse futuro, Sr. Presidente, seja livre dos tecnocratas".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É uma situação bastante difícil militar, hoje, no campo das informações, mormente no Parlamento.

Para expressar essa preocupação que é a informação aos Parlamentares, que formulei o seguinte requerimento: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja designada uma Comissão de Parlamentares para visitar em caráter oficial as obras da Usina Hidrelétrica Itaipu-Binacional, dando-se ciência ao Exmo. Sr. Dr. CASSIO DE PAULA FREITAS, Diretor de Coordenação Adjunto, à rua Marechal Deodoro, 51 - 15º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A Itaipu Binacional, criada pelo Tratado de Itaipu, firmado entre o Brasil e o Paraguai, em 26 de abril de 1973, vem desenvolvendo suas atividades desde maio de 1974, quando instalou-se formalmente.

Entretanto, apesar da grandiosidade da obra e do fato de estar sendo realizada em território paranaense, até agora não foi oficialmente visitada pelos representantes do povo deste Parlamento.

Considerando que os efeitos da obra atingem diretamente a economia do Estado e vem exercendo grandes mutações sociais, principalmente na sua área de influência, convém que

este Poder visite aquele local para fazer observações das causas e efeitos do empreendimento."

É nesse sentido que encaminho o requerimento à Mesa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "Gazeta do Povo" de hoje, para surpresa nossa, o jornal que merece todo o nosso respeito e confiança, publica uma nota que faz com que este primeiro Secretário, zeloso de suas atribuições, venha à tribuna prestar um esclarecimento.

A nota diz o seguinte:

"Nem o carro oficial obedece a lei dos 80.

Sexta-feira última, conforme pude registrar, o veículo oficial placa AL da Primeira Secretaria, lotado por Deputado e acompanhantes que se dirigia a Umuarama..." Vejam o detalhe, ele sabia até para onde ia o carro: "estava no km 190 da Rodovia do Café empreendendo velocidade excessiva superior a 140 km por hora". O radar dele estava funcionando melhor do que a Polícia Federal, sabia a quanto corria o carro.

"Ora, se nem o carro oficial respeita a lei dos 80, ele que precisa dar exemplo aos demais, como é que fica a situação?

Gostaria que houvessem policiais na estrada". Havia e bastante policiais na estrada por volta das 11:10. Apesar disto, garante a denúncia, por intermédio também de outras testemunhas, e cito aqui testemunhas que pessoalmente, Sr. Presidente, vou ver se estas pessoas existem e vou inicialmente, processá-las.

Porque quem estava no carro da Primeira Secretaria não era um (01) Deputado, era o Primeiro Secretário que viajava.

Levei seis horas para ir de Curitiba a Arapongas, onde almocei. Tenho o horário de abastecimento aqui em Curitiba e o horário que cheguei e almocei em Arapongas.

Agora o detalhe é o seguinte: eu entendo que o jornal de respeito, que é a "Gazeta do Povo", não devesse publicar uma nota com destino certo. Porque o indivíduo que diz que um carro está correndo acima de 140 km por hora e ainda o seu radar acusa que tem um Deputado — marcou o radar dele que tinha um Deputado, com chuva — porque na sexta-feira vocês sabem que choveu o dia todo, e ainda leu na placa preta, escrito em letras pretas ou amarelo escuro da Primeira Secretaria, deu para ler, "é olho biônico", deu para ler que é a placa da Primeira Secretaria nos dois centímetros e meio da altura da letra a 140 km por hora.

E leu mais o radar dele — que ia para Umuarama. Que este carro da primeira Secretaria, marcou o radar, ia para Umuarama, a 150 km por hora.

Então eu sou um suicida; eu e mais 5 pessoas no meu carro, vou viajar a 150 km por hora, com chuva.

A maldade deste indivíduo que duvido, tenha coragem de se identificar, porque ele cita uma testemunha. Eu vou citar cem testemunhas, do horário que levei desde que saí de Curitiba e cheguei em Arapongas. Eu tinha horário marcado em Paissandu, às 2:00 horas da tarde, cheguei às 5:00 horas da tarde, por causa do mau tempo.

E vem querer dizer que sou um suicida. O meu carro, Sr. Presidente, como V. Exa. sabe, tem um marcador, um economizador de gasolina e que não permite excesso de velocidade e eu, particularmente, sou criticado pelos meus motoristas, meus amigos, porque não permito que carro meu, da Primeira Secretaria, primeiro, seja usado depois das 18,00 horas, e para isto eu recolho as chaves; segundo, não permito que carro meu exceda os 80 km por hora. Estavam comigo o Prefeito de Quatro Barras, e mais três pessoas, que, durante toda a viagem vinham zombando até do Primeiro Secretário porque eu exigia o cumprimento da velocidade. Então, como que por um capricho do destino, quando, durante a viagem, a maior brincadeira

foi em torno do excesso de zelo que eu mantinha, com relação à velocidade, eu venho ler, no jornal, que o meu carro houvera atingido 150 km à hora.

Não posso permitir, Sr. Presidente, que, a nenhum Deputado — não a mim por ser Primeiro Secretário — em nenhum jornal, Sr. Presidente, posso permitir uma coisa como esta, o que é uma mentira vergonhosa e dirigida.

Como é que um jornal de respeito, publica uma carta de um indivíduo desconhecido? Mesmo que a carta seja assinada e com firma reconhecida? Pode ser de um inimigo, de um adversário meu. E que tal se, amanhã, ele publica que encontrou Jayme Canet morto, numa valeta? Então o jornal publica para, depois termos que desmentir?

É preciso haver prudência com estas coisas! Afinal, isto aqui não é coisa de grande importância para quem não dá importância às pequenas coisas, mas eu, sou daqueles que dá importância às pequenas coisas e estas coisas, como esta aqui, eu as levo muito a sério na minha atribuição de Primeiro Secretário. Isto aqui, é coisa dirigida, de adversários políticos, ou, de algum político falido, que às vezes nem político é! Não conseguiu ser político, então não pode ver o carro de um político passar, sem tecer alguma crítica!

Disse bem o Deputado Erondy Silvério há dias atrás, que, o político, quando anda bem arrumado é "bicha" — quando anda mal arrumado é mendigo.

Quando anda de carro de placa preta, é a 150 km a hora!

É preciso haver prudência com isto, quanto aos jornais. E ao jornal a "GAZETA DO POVO" ao qual tenho o maior respeito, vou dirigir uma carta ao Diretor deste jornal e vou exigir a identificação deste indivíduo, e vou processá-lo, porque não é possível um homem de respeito popular nas urnas, como eu e todos aqui, ver o seu nome envolvido, através da imprensa, numa besteira deste tamanho, com repercussão, é bem possível.

Mas o detalhe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a maldade desta nota, detalhando a velocidade, dizendo que o radar mediu a velocidade — 150 km à hora — que havia um Deputado dentro do carro — também medida, esta presença, no radar — e com destino a Umuarama. Tudo isto o radar detectou!

Por favor, meus repórteres, tenham um pouco mais de prudência, quando se trata de um homem público que sobrevive da opinião pública, que zelosamente sobrevive da opinião pública!

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Assistimos ontem na televisão, a retransmissão do Simpósio Pedroso Horta, do Movimento Democrático Brasileiro, quando então ouvimos, Sr. Presidente, quando então assistimos, Srs. Deputados, aquele ilustre parlamentar, dinâmico causídico, homem popular, Franco Montoro, a dizer ao povo do Paraná e ao povo do Brasil, que, olhassem às janelas de outros países.

Ouvimos, estarecidos, quando se manda olhar à janela de uma Argentina tumultuada; quando se manda olhar à janela de uma Tailândia absorvida em sangue de guerra fratricida.

Olhamos para nossos filhos, para nossos companheiros, para nossos eleitores num Brasil pacifista, num Brasil de um Governo que tudo leva para a moralidade; um Governo que, embora dentro do complexo de necessidades, dentro do complexo mundial onde reina, em todos os países desenvolvidos e subdesenvolvidos a necessidade de uma paz e de uma tranquilidade.

Quando um homem do gabarito de Franco Montoro nos manda olhar para as janelas de outros mundos, nós olhamos para a Argentina, nós olhamos, Sr. Presidente, Senhores Deputados, para Portugal, olhamos para a Espanha, onde a

guerra civil ceifou quantas vidas.

Não queremos discordar daquele ilustre parlamentar, daquele ilustre homem público, mas só discordamos quando se manda olhar para as janelas de outros países, quando vemos um País como o Brasil com esta tranquilidade; um País onde, apesar de tudo, existe o anseio do povo, do povo cristão, de um povo tranqüilo, um povo trabalhador e ordeiro, com as consequências da inflação mundial, com as consequências do petróleo.

Vemos, então, a demagogia imperando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se fala para olharmos as janelas de outros mundos, quando se fala para olharmos as janelas da Argentina, do Uruguai, do Chile e de outros países.

O único País, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da América do Sul e, quiçá, da América Latina, é o Brasil que, apesar da inflação — e aí não cabe culpa nem ao MDB e nem à ARENA, cabe culpa a uma seqüência, Sr. Presidente, da situação mundial.

Vemos um País onde os filhos vão e podem voltar às suas casas; onde o operário, tranqüilamente, apesar da inflação, volta para o seu lar tranqüilo.

Ficamos agradecidos, Sr. Presidente, quando vemos o ilustre Deputado Montoro, o ilustre Líder do MDB, quando fala para olharmos as janelas de outros mundos. Vemos o nosso País, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no mar da tranquilidade.

E é, neste momento, que queremos discordar, que queremos dizer ao povo do Paraná, que nesta terra existe o Governador que se chama Jayme Canet Júnior, que está procurando, aplicar dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Falou-se na diferença, na discrepância do salário-mínimo. E o que fizeram os ilustres homens que foram à televisão para discordar da situação atual? Que fizeram eles em benefício do povo? Qual foi o resultado da pesquisa, a não ser uma constituinte fantasma, uma constituinte que está procurando trair o povo brasileiro mais uma vez.

E é isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo do meu Paraná, que queremos discordar: olhem a janela de outros povos e vejam que o maior bem, Srs., a situação maior e melhor é a situação de tranqüilidade que existe no Brasil. Existe isso, Sr. Presidente, existe isso Franco Montoro, por causa de uma Revolução de 1964, onde existe a paz e a tranqüilidade, que é o maior bem que podemos ter.

Não se manda olhar para uma Argentina, para uma Tailândia, para outros países que estão à beira do caos, à beira do abismo e à beira da guerra fratricida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, olhamos aqueles oradores...

O SR. LÚCIO MACHADO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para um questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pediria apenas a V. Exa. que determinasse à secção de Taquigrafia, uma observação, ou melhor, duas observações: primeira, o Sr. Jayme Canet Júnior não é senador; é Governador do Paraná.

Segundo, o Sr. Franco Montoro, não é Deputado; é Senador.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Lúcio Machado, como dissemos aos ilustres homens e dissemos Governador do Estado com muito orgulho. Se V. Exa. é surdo, é como o cego que não quer ouvir; e como o surdo que não quer enxergar.

V. Exa. está entendendo, Sr. Presidente...

(Tímpanos).

O SR. GABRIEL MANOEL — ... como dissemos que Jayme Canet Júnior é Governador, porque Jayme Canet governa um Estado tranqüilo; porque Jayme Canet, Sr. Presidente, governa com a Situação e com a Oposição.

E dizemos que Franco Montoro é Senador e, V. Exa., Deputado Lúcio Machado, dentro da peculiaridade, dentro daquela norma, que V. Exa. tem de atacar, de mentir e não



dirimir dúvidas, todo Paraná sabe que Jayme Canet é o Governador; Governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado e que o MDB não diga, Sr. Presidente, que olhem a janela do mundo, porque a janela do Brasil, o que querem? A guerra fratricida?

Graças a Deus nós não vamos ter.

Graças a Deus, olhem a janela, que é a nossa janela; é a janela do Senador Franco Montoro; é a janela do Presidente Geisel; a janela do ilustre e sofisticado Deputado Lúcio Machado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Sr. José Costa Maria, Vereador à Câmara do Município de Campo Mourão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão somente para fazer uma advertência ao Secretário de Finanças do nosso Estado, Sr. Jayme Prosdócimo.

Notícias que chegaram ao meu conhecimento e que com uma constatação superficial me fazem crer, seja verídica.

A agência centro do Departamento de Rendas Internas, recentemente transferida para a Rua Riachuelo, onde funcionava a COPEL, encontra-se, a construção daquele prédio, em estado lastimável, eis que várias escoras foram postas para suportar rachaduras, visivelmente perigosas, que foram notadas naquele prédio, rachaduras que exigiam que essas vigas fossem colocadas.

Mas, não obstante, essa providência superficial que foi tomada, acreditamos que se deve fazer uma peritagem por técnicos, engenheiros, para verificar a extensão e profundidade dessas rachaduras, se não acontece como nos preveniram que o prédio poderia desabar de uma hora para outra, trazendo consequências funestas, talvez, um verdadeiro caos para dezenas de funcionários que ali trabalham, diuturnamente.

A advertência está contida neste expediente, neste requerimento que endereçamos ao Sr. Secretário de Finanças, para que designe uma comissão de técnicos que verifique, in loco, a possibilidade de desabamento daquele prédio onde funciona, atualmente, a agência centro do Departamento de Rendas Internas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos assuntos que ultimamente tem manipulado a opinião, principalmente da região Norte do Paraná, é sem dúvida nenhuma referente à criação, ou não, de cursos de Agronomia no Norte do Estado, onde a Universidade Estadual de Maringá através do seu Conselho recentemente criou um curso de Agronomia.

Nessas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando, se esta Casa aprovar, um requerimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Ministro da Educação, e que diz o seguinte: (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado; Doutor Jayme Canet Júnior, e, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, General Ney Aminthas de Barros Braga, no sentido de que seja criado e instalado junto à Universidade Estadual de Londrina, "o Curso de Agronomia".

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

O CURSO DE AGRONOMIA da Universidade Estadual de Londrina praticamente já existe, faltando no entanto dar-lhe

forma legal.

Há aproximadamente cinco dias, o próprio Reitor, Doutor OSCAR ALVES, nos informava que das 41 disciplinas que constituem o Curso, a Universidade só não tem professores para 8 disciplinas, mas que serão contratados para as aulas da parte final do referido Curso, que é de 3.555 horas-aulas, ministradas em 8 períodos semestrais.

Todos os outros professores já existem na Universidade, e dão aulas nas áreas de Ciências Exatas e Biológicas, para os demais alunos dos 33 cursos que a Universidade possui.

#### POUCO FALTA

Para que o Paraná possa ser enriquecido com mais este Curso, que é da mais alta importância e necessidade, a Universidade Estadual de Londrina, poderá procurar, oportunamente, os recursos humanos que não tem ainda, entre os Cientistas do Instituto Agrônomo do Paraná, estabelecido em Londrina.

No que diz respeito a instalações e equipamentos, ocorre o mesmo. A Universidade pode atender a quase totalidade das exigências estabelecidas pelos critérios do Ministério da Educação e Cultura. Igualmente, como no caso dos docentes, o que a Universidade ainda não possui em termos de instalações, laboratórios e equipamentos, será fácil de se conseguir. Um minucioso levantamento foi feito e o que a Universidade não possui, poderá fazer uso dos já existentes no IAPAR, no IBC, ou no SERU — órgão de Economia Rural da Prefeitura Municipal de Londrina. É tão diminuta a relação de instalações e equipamentos não existentes nestas instituições, que não passaria de mera curiosidade a sua enumeração, ainda mais, que são itens de fácil implantação ou compra, em fornecedores locais.

#### POR QUE AINDA NÃO FOI IMPLANTADA?

Na semana passada, a imprensa de Londrina, ainda questionou sobre este assunto. "Se há infraestrutura adequada, e falta o material humano, quando se propala a intensa necessidade de mais engenheiros agrônomos, para o desenvolvimento da agricultura paranaense, e, se existem o Instituto Agrônomo, o SERU, e as instalações do IBC., que tanto podem cooperar na complementação da docência, e na cessão de suas notáveis instalações e equipamentos na complementação para os estágios profissionalizantes para os alunos do curso, porque não há ainda o curso de Agronomia em Londrina?" A explicação publicada pelo jornal "FOLHA DE LONDRINA", somente pode dignificar a Universidade Estadual de Londrina, e cujo artigo, nós nos permitimos a transcrever-lo: "A Universidade Estadual de Londrina, mesmo apresentando condições invejáveis para implantar facilmente um curso de agronomia — e respaldada por expressivos setores da comunidade, que fizeram aquela reivindicação, — não tomou até agora a iniciativa por seguir a orientação governamental, não criar novos cursos, para não gerar novas despesas para o Estado, que contribui substancialmente para a manutenção das instituições de ensino superior".

#### ESTUDANTES FAZEM OUTROS CURSOS

Portanto há um interdito. A Universidade de Londrina obedece-o, numa demonstração de maturidade administrativa. E foi em razão disso, talvez, que aos poucos foram crescendo no Norte do Estado, as solicitações dos estudantes que cada vez, em número maior, anseiam por seguir a carreira de agronomia, a maior parte, filhos de agricultores que manifestam sua vocação de seguirem a mesma e útil carreira de seus pais, desejando no entanto, uma melhor preparação para isto, uma vez que não mais se justifica hoje a improvisação. Mas hoje, não são só os filhos dos homens que labutam com a terra, os grandes fazendeiros, ou o pequeno proprietário, desejam seguir essa carreira. Outros jovens da grande região de Londrina, e cidades circunvizinhas que poderiam também seguir a formação agrônômica, à falta desta oportunidade, transformam-se em bacharéis ou escolhem outras profissões, que não correspondem às suas aspirações.

PREFERÊNCIA SOBRE A UNIVERSIDADE DE LONDRINA

Gostaríamos, nesta oportunidade, aproveitando estas considerações, de dar algumas informações oportunas sobre a Universidade Estadual de Londrina. Muitos podem não ter conhecimento de seu elevado padrão e não podemos deixar de difundir as boas realizações do Paraná no setor universitário. Ocorre que o desenvolvimento do ensino superior em Londrina, a partir da criação e implantação da sua universidade e, notadamente, na atual administração, obteve uma notável situação, dando-lhe eficiência para o desenvolvimento e atendimento da região norte paranaense, a boa posição no setor, comparando com muitas das melhores universidades brasileiras. Isto foi possível, apesar de ter sido conquistado com poucos recursos, porque aquela experiência teve início logo que foi implantada a Reforma Universitária em todo o País. Ao objetivo tradicional do ensino, foram emparceirados dois outros: o da pesquisa e o da extensão de todas as atividades que necessitam o concurso da técnica mais atual, às comunidades, como a assistência médica, o atendimento jurídico às populações carentes, a educação física aos desportistas infantis e juvenis. No sentido da extensão chegou a ser criado na Universidade o PROJETO ALBERGADOS, que começou a reintegrar os egressos das prisões que deviam penas leves. Este projeto é hoje o Programa THEMIS da Secretaria de Justiça do Estado, e muito influenciou na reforma do Código Penal Brasileiro, além de receber uma menção honrosa do Secretário Geral da ONU. Também no setor da pesquisa, a Universidade de Londrina tem tido grandes desenvolvimentos. O orçamento consigna verbas para projetos de pesquisas dos professores e estudantes, e os trabalhos de pesquisas existentes são aplicados ao meio, como o que estuda o processamento da soja, através dos alcalis, com o que os professores conseguiram aumentar o teor de proteínas em dez por cento e o de óleo em cinco por cento.

Aliás, é de se referir que um dos setores de maior desenvolvimento da Universidade de Londrina é o da Ciência dos Alimentos, que conta com o curso de até pós-graduação em nível de mestrado, já em seu segundo ano de funcionamento. Isto demonstra como a Universidade de Londrina está voltada para a realidade paranaense, e promove atividades que atendem as nossas necessidades. O ensino tem cada dia melhor nível e a Universidade, com a contínua saída e regresso dos docentes aos cursos de pós-graduação, no final do próximo ano, terá um terço do número de seus professores com formação em mestrado ou doutorado.

Não pretendemos historiar aqui tudo o que tem representado a Universidade Estadual de Londrina, no meio onde está sediada. Mas, é preciso que se diga que ela ainda não completou seis anos, desde o seu reconhecimento federal e, hoje, está entre as melhores do País. Ao fazer estas apreciações, desejamos evidenciar o acerto da estratégia administrativa do governo do Estado, ao criar suas Universidades Estaduais. Hoje, elas estão recompensando os investimentos feitos, além de influírem na promoção social da nossa juventude.

#### CUSTOS MODERADOS

Numa oportunidade como esta, em que a comunidade nos pede um novo projeto, como a implantação e instalação de um curso de agronomia, é como vemos quão vantajosa foi, a implantação e instituição da infra-estrutura universitária, com seus recursos humanos, em Londrina. É que, apesar da Universidade de Londrina reconhecer que a criação do novo curso vai criar mais despesas, porque determinará a criação de novas turmas de alunos, os levantamentos mostram que o novo curso exigirá apenas Cr\$ 1.848.238,60 (Um milhão oitocentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e oito cruzeiros e sessenta centavos), para o pagamento de professores e material de consumo, durante os oito períodos de funcionamento. Estes custos serão ainda menores, se consideradas as contribuições dos novos alunos, que representará grande parcela deste total, ou seja, Cr\$...

1.161.300,00 (Um milhão, cento e sessenta e um mil e trezentos cruzeiros). É que, para a constituição do curso na Universidade de Londrina não serão necessárias senão construções e instalações de pequena monta. Não se acarretará a instalação de novos laboratórios, pois eles já se encontram em funcionamento, servindo outros cursos, como já fizemos questão de frisar anteriormente.

Embora estejamos compulsando números singelos, sem a indicação de custos de administração e de construção e manutenção de instalações, cremos poder asseverar que estamos diante de uma situação em que a comunidade norte paranaense está pedindo muito pouco, em termos financeiros.

#### HARMONIA ADMINISTRATIVA

O entrosamento referido nestas anotações, sobre as entidades londrinenses, por si só representam uma garantia de que a aplicação dos dinheiros dos cofres públicos trará proveito ao Estado. Recentemente, indicando a harmonia que existe entre os seus administradores e a procura de se completarem, uma procurando a experiência da outra, o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina, inscreveu entre seus integrantes o representante do IAPAR. Naquele mesmo colegiado superior de decisões, o Estado tem seu assento, além de grande número de representantes da comunidade, professores e estudantes. Apesar de sua soberania, já que a Universidade, segundo a legislação federal, tem autonomia administrativa e acadêmica, nunca uma decisão foi tomada ali, que contrariasse os interesses da entidade instituidora da função, que é o Estado. Esta fidelidade indica que o Paraná é hoje um Estado coeso e integrado, e que tem o seu desenvolvimento integrado, ordenado e defendido pelos órgãos centrais, legislativo e executivo, estadual e municipal. Não poderia ser de outra forma, principalmente neste período, quando temos um governador, que é um exemplo de devotação à administração, e, exerce esta administração percorrendo com grande dinamismo todo o grande território paranaense, procurando ver "in loco", todos os problemas de seu povo.

#### NECESSIDADE DO CURSO

Ao lembrar aqui o Governador JAYME CANET JUNIOR, que é um agricultor, desejamos inscrever neste documento uma observação a mais sobre a absoluta necessidade de profissionais agrônomos, que possam atuar no desenvolvimento de nossas lavouras, para a introdução de uma agricultura com assistência técnica competente, exatamente neste período em que devemos aumentar a nossa produtividade agrícola. Há muito que nos países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Canadá, um trabalhador rural produz alimentos para vinte e seis ou vinte e sete pessoas, enquanto que os índices de países como a Índia e a China são baixos, na proporção de um trabalhador rural, produzindo para três ou quatro pessoas. No Brasil já evoluímos, embora modestamente, cada trabalhador rural consegue produzir alimentos para quatro ou cinco pessoas. É por isto que nos países mais desenvolvidos, apenas seis a sete por cento da mão de obra, está na agricultura, enquanto o índice no Brasil é de mais de quarenta por cento. Por diversas vezes o atual Secretário da Agricultura do Paraná, Doutor Paulo Carneiro Ribeiro, tem se referido que a maior parte da população de nosso Estado, está no meio rural, ou seja, de aproximadamente sessenta e dois por cento. Uma série de sugestões já existe em nosso país, a partir de Ruy Miller Paiva, mostrando os caminhos para a renovação da agricultura brasileira. O que nos importa referir no momento, é que na maioria delas, ressalta-se a importância do conhecimento técnico, em nível relativamente elevado, e até mesmo fora do alcance da grande massa de trabalhadores rurais, o que nos leva a um esquema que torna imprescindível o concurso de técnicos especializados no setor. Estes técnicos, são os agrônomos. Além de suas presenças nas lavouras, para a orientação do nosso desenvolvimento agrícola, preponderantemente como



vimos, ao aumento da nossa produtividade, suas atuações se fazem necessárias para redimir nossos trabalhadores rurais de seus dramas principais que todos conhecem e aceitaram até os dias de hoje: baixo nível de rendas, elevados índices de analfabetismo, más condições de saúde e alimentação precária, escassos equipamentos e baixíssimo nível tecnológico. Há ainda um fator não menos relevante, introduzindo-nos a aumentar o número de nossos técnicos. Para a agricultura é quase impossível transplantar técnicas estrangeiras. É nossa obrigação mobilizar recursos para conceber e produzir técnicas originais. Não temos agrônomos em número suficiente. Recentemente, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, a FETAEP, cuja entidade somos presidente, por nosso intermédio fizemos uma solicitação junto à ACARPA, para a assinatura de um convênio, para a assistência técnica no atendimento a mais de mil pequenos proprietários rurais, prevendo a atuação de oitenta engenheiros agrônomos, dedicando apenas duas horas de suas atividades por semana aos objetivos deste programa. Mas para a nossa infelicidade e a infelicidade destas mais de dez centenas de pequenos proprietários rurais, não foi possível, pois a ACARPA, o maior órgão de extensão na pesquisa rural do Paraná está sobrecarregada de serviços.

### QUANTIDADE E QUALIDADE

Ultimamente tem havido uma divulgação sistemática contra o aumento do número de cursos de agronomia no Paraná, e ainda ontem pudemos observar pela televisão, o próprio Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, e que foi taxativo em afirmar que é contra a criação destes cursos, tanto em Maringá, como em Londrina. Alega-se que há agrônomos desempregados, deixando de enfocar o assunto de modo mais objetivo. Nem se procura manter e estabelecer uma estratégia para uma melhor colocação daqueles profissionais, em posições de trabalho e nem se dimensiona com exatidão toda a carga de problemas acumulados em nossa agricultura tradicional, para estabelecer o que os agrônomos deverão fazer, de tal forma que a nossa agricultura também se desenvolva, nesta arancada do Paraná para sua afirmação no contexto nacional. Está sendo esboçada uma discussão acadêmica quanto à necessidade de agrônomos, em dependência do número de grandes e pequenos proprietários rurais existentes, e também do número de trabalhadores nesse setor. Talvez não seja necessário e nem apropriado este debate, porque não se chegará a um resultado comum, e nem definitivo, pela carência de indicadores estatísticos. A melhor solução é a do estudo dos problemas da agricultura paranaense, e dos programas a serem instituídos para as suas soluções. Só este raciocínio nos dará uma indicação da verdadeira necessidade de profissionais da técnica agrônômica, em número, quantidade e qualidade.

### PROBLEMAS AGRONÔMICOS

Nesta justificativa, apenas para fazer uma colocação da enormidade dos problemas que o Paraná precisa resolver, queremos nos referir ao processo contínuo, de delapidação do nosso solo. Com a rotação das culturas ao ser desnudada a terra, as chuvas promovem a erosão. A enxurrada carrega a nossa principal riqueza para o leito das estradas, os córregos e os rios. Não se trata aqui das vossorocas das regiões de arenito, que o governo procura atender em seus programas, principalmente para a proteção de Itaipu, a longo prazo. Estamos levantando um problema muito maior, porque ninguém os percebe, mas eles existem em quase todos os campos de cultura. O Secretário da Agricultura, Doutor Paulo Carneiro Ribeiro, bem o assinou: "a natureza requer seiscentos anos para elaborar um centímetro de humus sobre a terra". Ao explorar a terra, destruímos essa riqueza em pouco tempo, por falta de prática conservacionista, ou melhor, porque não é o agrônomo que preside as atividades agrícolas.

Outro problema, que rapidamente se tornou de grandes dimensões e que requer a nossa atenção, é o envenenamento do nosso meio rural, dos rios, e do próprio alimento que produzimos, pelo uso indiscriminado de defensivos agrícolas. Estamos destruindo o nosso equilíbrio ecológico, destruindo os pequenos animais e os peixes. E estamos entregando aos consumidores, alimentos que já tem causado deletérios sobre a saúde das pessoas. Temos observado o crescimento deste problema, ano após ano.

Conversamos com vários pequenos agricultores, que suprimiram o uso e costume de manter uma vaca em suas propriedades, para o consumo do leite para seus familiares. O envenenamento já não lhes permite uma vida normal. E quem poderá atuar, para a orientação dos problemas que estamos carentes, senão o agrônomo? Portanto, se forem instituídos programas para correção dos males e para o aumento da nossa produtividade agrícola, numa expansão inteligente do nosso intento que leva o governo a promover concursos de produtividade, estaremos criando as bases de uma agricultura mais condizente com o nosso desenvolvimento. E estaremos solicitando que os agrônomos assumam suas verdadeiras responsabilidades, ao contrário de os deixarmos à mercê de empregadores que os transformam em meros vendedores de adubos e inseticidas.

### ALTA QUALIDADE

A questão que oferecemos à cogitação do Governo, independe de exaustivos levantamentos de dados, uma vez que se trata de criar um curso que não vai inflacionar o mercado com recursos humanos em número exagerado. A Universidade Estadual de Londrina, meticulosa e consciente do que realiza, não vai abrir mais que quarenta vagas para o novo curso, que será de alta qualidade, e estando fora portanto, dos objetivos sem bases reais, apontados pelo Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Senhor Rubens Resende.

E encerrando esta nossa justificativa, queremos frisar que com o novo curso, a Universidade Estadual de Londrina, verá completar-se a sua estrutura institucional, com universidades de conhecimentos. Poderá promover, tendo este curso, mais pesquisas agrônômicas. Poderá emparceirar-se à ACARPA, em programas de extensão agrícola. Justifica-se plenamente, dentro do novo sistema universitário brasileiro, a criação do curso, dada a flexibilidade do sistema de créditos, pois as disciplinas que são comuns em vários cursos, já estão sendo lecionadas.

A Reforma Universitária é assim: permite que não haja duplicação de despesas e nem bancos ociosos nas classes. O que vale é o curriculum que cada estudante formula. Só os estágios profissionalizantes, ao final do curso, é que define o que fazem, para completarem um ou outro curso. De qualquer forma, os quarenta estudantes que desejariam cursar agronomia já se destinam à Universidade, ou estão nela para realizar ou realizando outras formações. Sob este ponto de vista, observamos que o custo de estudos já está sendo dispendido pelo Estado. Os quarenta novos profissionais formados, dentro de alguns anos, ao final de cada período, não representarão um aumento incontrolado do número de agrônomos de nosso País, mas uma garantia de participação paranaense, na substituição dos que vierem vencer seu tempo de serviço. Foi aliás, para permitir que isto acontecesse um dia, que se criaram as condições hoje existentes em Londrina, na Universidade e no IAPAR. Não arrematar este objetivo, será desperdiçar meios, e representará uma descrença no futuro do Paraná, sem contar que isto prejudicará aquelas instituições que verão frustrados os seus anseios de multiplicação de suas equipes, através de oportunidades abertas aos jovens da região. Sem a possibilidade de produzir os seus próprios valores, estarão reduzidas a centros importadores de mestres, professores e doutores, pagando preços altos. Mas o governo há de permitir a criação do curso de agronomia, como pedimos.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Antônio Facci. **O Sr. Antônio Facci** — Sr. Deputado, sua brilhante exposição em defesa da criação da Faculdade de Agronomia, em Londrina, é digna, sem dúvida, de louvores.

No entanto, nós que representamos Maringá nesta Assembléia, não poderíamos concordar com a crítica velada feita por V. Exa., quanto à criação do Curso de Agronomia, em Maringá, quando disse que Londrina não criou o Curso, por cautela, respeitando a Portaria Ministerial.

Veja V. Exa., que Maringá deve estar com sua estrutura universitária mais firme, do que em universidades em Londrina, pois agora, nesta Mensagem 71/77, do Governo do Estado, transformada em Projeto de Lei número 79/77, num dos seus itens pede, o Sr. Governador, autorização para esta Casa, para avaliar, em favor da Fundação Universidade Estadual de Londrina, a importância de 96 milhões de cruzeiros que serão utilizados para as edificações programadas com a finalidade de instalar o campus universitário da Universidade de Londrina.

Ponta Grossa também, Sr. Deputado, está sendo beneficiada aqui, com 45 milhões de cruzeiros para a mesma finalidade.

Apesar de o Sr. Governador do Estado fazer menção em sua mensagem, da existência da Universidade de Maringá, nada pede em favor dela. Portanto, há que se entender que a Universidade Estadual de Maringá está com sua estrutura praticamente consolidada, e consolidada mesmo.

E também, a criação do Curso de Agronomia, em Maringá, não dispõe, não vai dispendir nenhum recurso do Governo Federal ou Estadual.

Segundo as informações que obtivemos junto à Reitoria daquela Universidade, os recursos são oriundos, todos, de cooperativas agrícolas da região, tendo à sua disposição, as fazendas-modelo da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, e de uma fazenda abandonada do Ministério da Agricultura.

Quanto às condições técnicas, também criticadas por alguns órgãos de imprensa e por gente de Londrina, nós temos já funcionando na Universidade de Maringá, o curso de zootecnia, há três anos, em perfeitas condições, com quadro de professores excelentes. Tem, portanto, total condição a Universidade de Maringá, de abranger também o Curso de Agronomia.

Mais de 400 estudantes já se inscreveram para o concurso vestibular. Portanto, não há nenhuma restrição, Sr. Deputado Lázaro Dumont, quanto à criação da Faculdade de Agronomia de Maringá. Nós, de Maringá, estamos orgulhosos pela conquista. Não estamos contrariando a portaria ministerial porque não estamos, nesta oportunidade, absorvendo nenhum recurso financeiro, quer do Estado, quer da União.

Muito obrigado.

**O Sr. Valter Pietrângelo** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. LÁZARO DUMONT** — Um momento.

Nobre Deputado Antônio Facci. Em primeiro lugar, não somos contrários à criação do Curso de Agronomia em Maringá. V. Exa. poderá fazer um documento nesta Casa, e nós, com muito prazer assinaremos o documento e votaremos em apoio...

**O Sr. Antônio Facci** — Já agradecemos, em outra oportunidade, o apoio que recebemos.

**O SR. LÁZARO DUMONT** — Por outro lado, V. Exa. há de convir que realmente há necessidade de dois cursos no Norte do Paraná, quando V. Exa. diz que, em poucos dias, mais de 400 jovens se matricularam, mostrando a verdadeira vocação do agrônomo nesses jovens que necessitam de escola, pois o Paraná só conta com duas Faculdades de Agronomia.

**O Sr. Valter Pietrângelo** — Um momento.

Nós necessitamos de que se faça uma reflexão. Grandes fronteiras agrícolas, hoje, se abrem neste País, vizinhas ao próprio Estado do Paraná. A própria fronteira agrícola do Estado

do Mato Grosso, hoje, tão desenvolvido, dentro de poucos anos será um dos grandes Estados agrícolas brasileiros, que necessitará de técnicos, de agrônomos, realmente com vocação rural para, lá, no meio rural, desenvolver o seu trabalho.

O que nós temos hoje é, talvez, 50 por cento de agrônomos com vocação burocrática, ou de vendedores e caixeiros-viajantes que vão trabalhar nas grandes empresas para vender inseticidas ou outros produtos agrícolas, ou trabalhar nos escritórios, tentando, já na saída da faculdade, um emprego de funcionário público, para ficar dentro das salas arejadas. Com muito prazer concedo um aparte ao nobre Deputado Valter Pietrângelo.

**O Sr. Valter Pietrângelo** — Parabéns ao Deputado Lázaro Dumont, pelo pronunciamento detalhado, amplo, que propõe a esta Casa. Não posso concordar, eminente Deputado, quando ouço alguém afirmar ser contrário à criação do Curso de Agronomia em Maringá e Londrina, como disse o dirigente maior do clube, da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

Ora, acho uma loucura alguém ser contra a criação de cursos educacionais. Poderemos até, inclusive, reivindicarmos um Curso de Agronomia, aqui, para funcionar nesta Casa Legislativa, que às vezes fica tão ociosa, em suas dezenas de compartimentos.

Não obstante o Governo Federal através de atitudes políticas, financeiras e administrativas enigmáticas tenha puxado o tapete, tenha dado uma rasteira incompreensível aos nossos produtores agrícolas. Observa-se que a criação do Curso de Agronomia de Maringá não foi atrás de portaria nenhuma. As lideranças legítimas da comunidade de Maringá e daquela região polarizada por Maringá, que vai além de 3 milhões de habitantes, seguiram os exemplos do Governo, em busca desse tal aumento de produtividade; aumento, apenas no blá-blá-blá. Na criação de um estado psicológico nos nossos produtores agrícolas que façam com que o índice de produtividade das nossas lavouras cresçam.

O Governador do Estado do Paraná, desesperadamente, a percorrer, apenas a percorrer, a nossa região sem, ao menos, nos mostrar uma luta, realmente ampla, em defesa dos nossos agricultores, abominando o tal confisco, impedindo que as nossas autoridades centrais tomem alguma atitude que possa limitar o financiamento, o socorro, o amparo aos nossos produtos etc. Até parece que há uma fita gravada no Palácio Iguaçu, com as palavras do Governador, aplaudindo tudo quanto é atitude do Governo Federal, na mudança de sua política econômica, financeira, atitudes administrativas, que caem como uma geada extemporânea sobre o Estado do Paraná.

Pois bem, apesar dos exemplos de S. Exas., estarem apenas nas palavras, eis que Maringá foi nisto, irmanou as suas autoridades; as cooperativas também se irmanaram e já de imediato propuseram sustentar 40 vagas. E perseguindo esta meta de aumento de produtividade, é que a região necessita, carece, anseia, reivindica e exige um Curso de Agronomia para poder preparar técnicos destinados a dinamizar a produção paranaense e a fornecer técnicos, realmente, temperados na região agrícola mais legítima do Brasil, que é a nossa região paranaense.

Deputado, finalizando e agradecido pela boa vontade de V. Exa. em conceder-me esta oportunidade, eu quero apenas enfatizar a necessidade que tem o Governo do Paraná e o Governo Central, o Governo da República, em conceder a recíproca ao esforço da comunidade maringaense, qual seja a de conceder mais 80 bolsas de estudos no setor da Agronomia. A comunidade maringaense, através das cooperativas, propõe 40; o Governo do Paraná, deve também, propor mais 40 e o Ministério da Educação e Cultura, ora bolas, legitimamente deve, também, conceder mais 40 bolsas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta informar a V. Exa. que, num cochilo da Presidência, passaram-se 6 minutos do horário reservado a V. Exa. A Presidência concede 2 minutos para concluir.

O SR. LÁZARO DUMONT — Antes de permitir o aparte ao Deputado Gabriel Sampaio, eu só gostaria de dizer que o nobre Deputado Valter Pietrângelo cometeu uma injustiça no aparte dele, quando se referiu ao Governador do Paraná: Que anda a esmo pelo interior do Paraná. É só andar no Paraná, hoje, e ver as frentes de trabalho que estão se desenvolvendo neste Estado, pois o Paraná duplicará, vai mais do que duplicar os quilômetros asfaltados neste Estado; vai mais do que duplicar as salas de aula neste Estado e o Governador teve uma participação muito grande, nesses dias, para que os cortes à agricultura, o crédito rural do Paraná, brasileiro não sofresse mais do que vem sofrendo.

E para terminar, dou o aparte ao Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Sr. Deputado Lázaro Dumont, eu me reservaria para, no momento da votação do seu requerimento, usar então da palavra.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Era o que constava, Sr. Presidente. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Consulto à liderança da Arena se deseja usar dos quinze minutos regimentais.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Havendo declinado, consulto o Sr. Deputado Líder do MDB, se deseja usar dos quinze minutos regimentais.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ocupará o horário reservado ao MDB, o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Com a palavra, o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por força de um pronunciamento recentemente feito, nesta Casa, pelo nobre Deputado Gilberto Carvalho, é que ocupo hoje, novamente esta tribuna.

(Lendo): "O Prefeito do Município da Comarca de Ubitatã, Thomaz Izidro de Lima, está causando grande inquietação naquele município.

A inércia, o nepotismo e a política de perseguição ali estão presentes com a nova administração municipal. Um Prefeito que perturba a vida social e política, pode receber apoio daqueles que comungam suas idéias e seu estilo, mas merece o repúdio da população.

Dissemos, naquela oportunidade, que o Prefeito estava despedindo irregularmente, sem servidores municipais. O próprio Prefeito, através de porta-vozes, confirmou e, até corrigiu dizendo que são cento e trinta o número de desempregados.

Dissemos que o Prefeito pratica o nepotismo, e seus porta-vozes talvez, pensando apenas em despotismo, tentaram justificar o Executivo de Ubitatã.

Vou ler, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para esta Casa, a relação de "sobrinhos" nepotes do Prefeito de Ubitatã, parentes seus, à frente, ajudando Thomaz Izidro de Lima, a administrar a seu modo aquele município. São estes os parentes:

1. João Rodrigues do Nascimento, tesoureiro da Prefeitura, casado com a sobrinha do Prefeito; primo do Secretário da Fazenda e irmão do Chefe da Tributação Municipal.

2. Maria Eunice Nunes da Silva, Inspectora do Ensino Primário; sobrinha do Prefeito e filha do Secretário-recepcionista.

3. José Nunes da Silva, Auxiliar de Contabilidade. Casado com a sobrinha do Prefeito.

4. Irandy Rodrigues da Silva, Secretário da Fazenda.

Casado com a sobrinha do Prefeito, além de ser primo do tesoureiro.

5. José Rodrigues da Silva, Secretário-recepcionista. Concnhado do Prefeito, pai da Inspectora de Ensino Primário.

6. José Rodrigues do Nascimento, Chefe da Tributação. Primo do Prefeito e irmão do tesoureiro.

7. Paulo Pereira Moura, Contador. Primo do Prefeito e irmão do secretário.

8. Luiz Gonzaga da Silva, Secretário Municipal, primo do Prefeito e tio do contador.

9. Ademir Tomaz de Lima, Chefe do Detran local. Filho do Prefeito.

10. Nelson Pereira da Silva, Secretário da Junta de Alistamento Militar (que havia saído em 1975 e retornou). Primo do Prefeito.

11. Maria de Lima, Professora municipal. Sobrinha do Prefeito e esposa do tesoureiro.

Como se vê, são justificados os temores de que o Prefeito tenha mais parentes e todos os cargos existentes no funcionalismo sejam ocupados pelos mesmos. Afinal, parente é parente, ou como diz o Deputado Gilberto Carvalho: "é gente de confiança para quem tem comando e responsabilidade".

O Prefeito Thomaz Izidro de Lima encontrou um município em desenvolvimento, mas sem caixa. Alega que o Prefeito anterior, "um grande Prefeito" na expressão do atual, deixou a caixa vazia e muitas nomeações, mais de 130, de pessoas nomeadas seis meses antes das eleições, para as obras do Estádio Municipal, escolas, etc.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento). V. Exa. poderia informar, por que partido foi eleito este Prefeito?

O SR. EDILSON ALENCAR — Pela ARENA, Deputado. "Alguma coisa não está certa.

A ARENA e o atual Prefeito sabiam das nomeações, conheciam os cabos eleitorais, e as pessoas que foram nomeadas. Conheciam as obras e sabiam se poderiam ou não ser realizadas. Se aprovaram as nomeações por demagogia e corrupção eleitoral, agora querem deixar o feito pelo não feito.

O trabalhador e o povo de Ubitatã é que pagam essa política despótica e nepótica, inepta e de corrupção política do voto.

E o porta-voz do Prefeito nesta Casa, Deputado Gilberto Carvalho, teve que assumir o ingrato papel de justificar o injustificável, explicar o inexplicável.

Diz o Deputado explicador: "Como medida de economia, dispensou 130 operários, depois de entrar em entendimento com os mesmos, pagando parte das indenizações e parte ficando para liquidar, e que pretende fazer até o próximo mês. O Ministério do Trabalho tomou conhecimento".

Dezenas de reclamações de despedidos, alguns novamente aliciados "para futuro aproveitamento, desde que nada declarem" não significa nem entendimento nem legalidade. Temos, por exemplo, declarações de Ana Rodrigues Penido, funcionária municipal de 20 de junho de 1969 a junho de 1977, "dispensada sem saber o motivo", e — diz ela — "até agora não recebi os meus direitos e haveres, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho".

Temos, Carmem Graciana Godoy, que trabalhou de fevereiro de 1973 a fevereiro de 1977, dispensada sem saber o motivo e que até agora — diz — "não recebi meus direitos e haveres, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho".

Temos Sebastiana Aparecida da Silva, irregularmente contratada durante anos letivos sucessivos, mas apenas para o período de aulas de março de 1974, depois de fevereiro de 1975, depois fevereiro de 76, sem saber as razões de sua demissão.

E temos, Sr. Presidente, dezenas e dezenas de declarações de trabalhadores que até o momento não receberam o que tinham direito, consoante a lei.

As declarações dos despedidos — 130 — mostram que a demagogia eleitoral e o oportunismo político estão criando um problema social em Ubatã. O Prefeito desemprega funcionários para abrir novas vagas em sua administração. O Prefeito nomeia os parentes. O Deputado diz que o Prefeito não poderia nomear gente da oposição. Diz que é tudo absolutamente normal e que estamos tumultuando a vida social de Ubatã. No meu código de ética isto não é aceitável, nem moral, nem decente.

Temos certeza de que o comando político de Ubatã está inteiramente de acordo sobre a questão. Quem afirmou foi o Deputado Gilberto Carvalho. E agora sabemos que não foi ato especial do Prefeito Thomaz Izidro de Lima; foi uma decisão de codo político.

**O Sr. Lúcio Machado** — Apenas uma pergunta: Como é o nome do Prefeito de Ubatã?

**O SR. EDILSON ALENCAR** — Thomaz Izidro de Lima.

**O Sr. Lúcio Machado** — Pensei que fosse Idi Amim Dada.

**O SR. EDILSON ALENCAR** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nem bem acabávamos de falar nesta Casa sobre a situação de Ubatã e o Delegado do Trabalho, Senhor Adalberto Massa, ia aos jornais para declarar que tudo lá está em ordem, e que este Deputado chegou tarde, pois as demissões são de janeiro e só agora levantamos o problema. Para o Delegado do Trabalho, tudo lá está em ordem, pois esteve pessoalmente falando com o pessoal.

O Delegado do Trabalho se sangra em saúde e moral para coonestar os desmandos do Prefeito de Ubatã e as irregularidades que pratica. Das duas uma, ou o Delegado foi a Ubatã para prestigiar seu correligionário político, ou então pobre do povo necessitado; pobres dos trabalhadores não-pelegos, ou o Delegado do Trabalho está falando pelo "Espírito Santo". Prefiro pensar no segundo caso, pois ele apenas tipifica emissão e desejo de apresentar imagem limpa perante a opinião pública.

Afinal, que podem esperar os trabalhadores quando as autoridades fiscalizadoras e executivas são assessores do partido do Governo?

Não respondeu o Delegado do Trabalho, como não falou o Deputado e o Prefeito sobre os desempregados e o problema social criado pela demagogia e oportunismo políticos".

**O SR. PRESIDENTE** — (Ivo Thomazoni) A Presidência informa que está esgotado o tempo regimental concedido a V. Exa. Concede-lhe, no entanto, mais dois minutos para concluir sua oração.

**O SR. EDILSON ALENCAR** — Obrigado.

"Aliás, esse problema nunca foi considerado, porque problema social é caso para a segurança. Nepotismo, corrupção política, corrupção em geral, comando político, interiorização da máquina administrativa e administração do Estado e Município para os cabos eleitorais da Arena não é caso moral, honestidade política, de denúncias".

**O Sr. Gilberto Carvalho** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. EDILSON ALENCAR** — "Vivemos uma situação tão difícil para os destinos estaduais e nacionais, que, às vezes, não se levantam em denúncias, porque isso é tumultuar, perturbar, agitar.

O Deputado se preocupa com as nomeações e o comando político. O Prefeito se preocupa com a nomeação dos parentes e dos cabos eleitorais. O Delegado do Trabalho se preocupa com a sua imagem pública, aparecendo como um boquirroto a deitar falação pela imprensa, sem se preocupar com a verdade e a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Que o povo de Ubatã aguarde por melhores tempos. Nós, da Oposição — povo e Partido — lutamos com nossas armas de verdade e justiça. Mas o arbítrio ainda colherá muitas vítimas até o final dos seus tempos".

Lamento profundamente não conceder aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, em razão do tempo esgotado.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Agradeço. Amanhã deverei ocupar a tribuna para falar a esse respeito.

Mas, devo dizer que, hoje, V. Exa. disse o nome certo do Prefeito, o que não aconteceu no seu pronunciamento anterior. **O SR. EDILSON ALENCAR** — Apenas para justificar: nem o gabinete do representante do Prefeito sabia certo o seu nome.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**3.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei no. 57/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que dá nova redação ao artigo 4º, da Lei no. 54, de 22 de novembro de 1963. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

**2.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei no. 54/77, de autoria do Deputado IVAN RUPPEL, que declara de utilidade pública o ABRIGO DE MENORES SÃO VICENTE DE PAULA, com sede na cidade de Engenheiro Beltrão. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — Em discussão. **O SR. LÚCIO MACHADO** — (Pela ordem) Sr. Presidente, requiero a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

**O SR. 1.º SECRETÁRIO** — (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados). (Pausa).

**O SR. PRESIDENTE** — (Ivo Thomazoni) Responderam a chamada nominal 33 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e conseqüente deliberação.

Em discussão o Projeto de Lei no. 54/77. Encerrada a discussão. Em votação. — Aprovado, artigo por artigo.

**1.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei no. 395/68, de autoria do Deputado ABRAHÃO MIGUEL, que autoriza o P.E. arrendar pelo prazo de trinta anos, para fins agrícolas e mediante condições a serem estabelecidas por Decreto, área de terras que constitui a ilha localizada a 60 metros da margem do Rio Paranapanema, frente à Fazenda São José, Município de Leopoldina. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.

## PROJETO DE LEI NÚMERO 395/68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar em arrendamento, pelo prazo máximo de 30 (trinta) anos, para exploração agrícola, mediante condições a serem estabelecidas em decreto, a área de terras de propriedade do Estado, medindo 2 (dois) alqueires, aproximadamente, e que constitui a ilha localizada a 60 (sessenta) metros da margem do rio Paranapanema, na barra do Ribeirão das Pedras, em frente à Fazenda São José, no Município de Leopoldina.

Parágrafo Único — Terão preferência para a locação, as pessoas físicas ou jurídicas, que tenham realizado benfeitorias no local.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1968.

(a) ABRAHÃO MIGUEL

## JUSTIFICATIVA:

Com a medida consubstanciada neste projeto de lei, objetiva-se propiciar meios legais a quem possua condições materiais e técnicas, para tornar produtiva a área de terras, de mais ou menos dois alqueires, de excelentes condições para exploração agrícola, e que constitui a ilha localizada a sessenta metros da margem do rio Paranapanema, na barra do Ribeirão das Pedras, defronte à Fazenda São José, no município de Leopólis, a qual, justamente por falta de amparo legal, não é utilizada agricolamente, deixando, assim, de contribuir, com o que pode perfeitamente produzir, para o desenvolvimento da agricultura naquela região.

Essas as razões que nos parecem válidas para justificar o presente plano de lei, que ora se submete ao estudo e à aprovação da Casa.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 395/68

A medida preconizada pelo nobre autor do presente plano de lei, é daquelas que merece de nossa parte a maior atenção, pois visa regularizar uma área de terras férteis e que por falta de meios legais, se encontra em completo abandono. Como a iniciativa tem caráter autorizatório, esta Comissão não vê qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional que se lhe anteponha.

Opinamos portanto pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) Illegível

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 395/68

Pela rejeição do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

JORGE SATO — Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 395/68

1 — O presente projeto de lei de autoria do então Deputado ABRAHÃO MIGUEL, visa autorizar o Poder Executivo arrendar pelo prazo de trinta (30) anos, para fins agrícolas e mediante condições a serem estabelecidas por Decreto, a área de terras que constitui a ilha localizada a sessenta (60) metros da margem do Rio Paranapanema, frente à Fazenda São José, município de Leopólis, tendo a CCJ se pronunciado contrariamente ao pretendido.

2 — A competência desta Comissão se restringe ao capitulado no Art. 49, do Regimento Interno da Casa, que reza o seguinte:

"A Comissão de Finanças compete opinar sobre:

- I — matéria tributária;
- II — empréstimos públicos do Estado e dos Municípios;
- III — quanto ao aspecto financeiro, sobre todas as proposições, inclusive aquelas da competência privada de outras Comissões; salvo as de legislação orçamentária, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa ou receita pública;
- IV — sobre a fixação dos subsídios dos Deputados e do Governador do Estado".

Logo, a matéria em questão, não se enquadra nos ditames do Regimento Interno da Casa que dispõe sobre a área de ação de competência da Comissão de Finanças.

3 — Quanto à legalidade do projeto, esta já foi alvo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, a qual se manifestou contrariamente ao pretendido, por inconstitucionalidade.

4 — Diante disso, nosso parecer é no sentido de não ser conhecido o projeto, por se tratar de matéria estranha à competência desta Comissão.

Este é o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1977.

(a) LÚCIO MACHADO — Presidente e Relator

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei número 395/68

De autoria do nobre Deputado Abrahão Miguel, tem por objetivo o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a dar em arrendamento, pelo prazo de trinta anos, para fins agrícolas, e mediante condições a serem estabelecidas por Decreto, a área de terras que constitui a ilha localizada a 60 metros da margem do rio Paranapanema, frente à Fazenda São José, Município de Leopólis.

A matéria deste plano de lei mereceu estudo da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado, tendo sido procedida, inclusive, uma vistoria "in loco", da qual foi aqui anexada uma cópia. Por esta vistoria constata-se que, efetivamente, a mencionada área de terras, de propriedade do Estado do Paraná, é ocupada por MANOEL GONZAGA DA SILVA, que ali possui 2 casas de madeira, outras benfeitorias e algumas culturas agrícolas.

Desta forma, e na conformidade da informação prestada pela Fundação Instituto de Terras e Cartografia, a qual vem esclarecer que na legislação vigente e aplicável à espécie se encontra amparo suficiente para regularização do domínio ou permissão de uso sobre a ilha, a quem produtivamente a estiver ocupando, conclui-se, logicamente, que caberá ao ocupante Manoel Gonzaga da Silva, requerer a legalização da aludida área de terras, que é uma ilha, eis que ficou comprovada a sua real ocupação pelo mesmo, através da vistoria a que nos referimos.

Nestas condições, nosso parecer é pela rejeição do projeto de lei em tela, por ser o mesmo inconstitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1977.

(aa) EGON PUDELL — Presidente

JAYME RODRIGUES CARVALHO — Relator

— Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, não entendo porque deva a Casa rejeitar projeto de lei de autoria do eminente ex-Deputado Abrahão Miguel, quando, por regra regimental, o projeto já deveria ter sido arquivado.

V. Exa. acaba de anunciar à Casa, que, por unanimidade, todas as Comissões Técnicas ofereceram parecer contrário. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, realmente, regimentalmente, tem o poder de determinar o arquivamento do projeto. Todavia, em respeito à soberania do Plenário resolveu ouvir o Plenário sobre a conveniência do que preconiza Sua Excelência o Juiz do Tribunal de Alçada, ex-Deputado Abrahão Miguel.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, exatamente por isto mesmo, porque me parece que, poder maior do que até mesmo deste Plenário, neste momento, foi do Plenário quando estabeleceu o Regimento, que estabelece, como obrigação, o arquivamento de projetos nestas circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Eminente Deputado Enéas Faria, V. Exa. invocou o Regimento Interno e a Presidência invoca disposição constitucional — artigo 30, parágrafo 2º, da Constituição Estadual, que determina:

"O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado".

A Presidência observará, doravante, este comportamento ditado pela Constituição do Estado e estará a conferir, às Comissões Técnicas, o poder de decisão, quando as mesmas falarem do mérito.

Todavia, ressalva a Presidência que, obtendo Parecer contrário de uma Comissão, a de Constituição e Justiça tão somente e quando requerido Regime de Urgência constando na

Pauta, e sendo incluído na Ordem do Dia, com Parecer contrário tão somente da Comissão de Constituição e Justiça, a Presidência submeterá à deliberação do Plenário, porquanto a Comissão de Constituição e Justiça não fala do mérito, e sim, da jurisdição da Proposição.

A Presidência a retira da Ordem do Dia, e determina o arquivamento do Projeto de Lei número 395/68, e agradece a intervenção do Deputado Enéas Faria.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 83/75, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni anexo ao Projeto de Lei número 47/77, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que altera o inciso III, do artigo 130 da Lei número 6174, de 16/11/70. (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Pareceres favoráveis da CCJ., e CF., por unanimidade. — APROVADO.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 83/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O Art. 130, inciso III, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários do Estado), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 130 — Para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade será computado integralmente:

I — ...

II — ...

III — o tempo de serviço prestado em empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público Estadual, sob qualquer regime de trabalho.

IV — ...

V — ...

Parágrafo único — ...”

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

(a) IVO THOMAZONI

## JUSTIFICATIVA:

A inserção da figura da autarquia em paralelo com as demais entidades no inciso III do art. 130 da Lei número 6174 de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado), é medida que se impõe em atendimento a preceito constitucional, entre outros, como veremos adiante.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ — Em número 3, “ART. 76 — O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO — O tempo de serviço prestado ao Estado, computar-se-á também para os demais efeitos legais”.

Bem assim preceitua a Constituição Federal, determinando no § 3º do Art. 102, a contagem de tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Já o Estatuto dos Funcionários Públicos Federais, em consonância com a Carta Magna, estabelece no Art. 80 — inciso IV:

“ART. 80 — Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á integralmente:

I — ...

II — ...

III — ...

IV — o tempo de serviço prestado em autarquia;

V — ...

VI — ...

Fácil é de se verificar que as determinações legais aqui expostas, não condicionam a que regime de trabalho deva estar vinculado o tempo de serviço prestado. Assim, quer seja o estatutário, quer seja a C.L.T., deverá ser computado para os efeitos

de aposentadoria e disponibilidade.

O Decreto Lei 200 de 27/02/67, que estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, define os órgãos da Administração Indireta, assim:

“ART. 40 — A Administração Federal compreende:

I — A Administração Direta...

II — A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica própria:

a) — Autarquias;

b) — Empresas Públicas;

c) — Sociedades de Economia Mista.

(Obs.: O D.L. 900/69, dispõe sobre as Fundações).

É sabido que as Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas do Estado do Paraná, como também algumas Autarquias Estaduais, são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, como o Departamento de Edificações e Obras Especiais, a Administração de Recursos Hídricos, o Departamento de Estradas de Rodagem, o Instituto de Assistência ao Menor etc. ...

Assim, não vemos o porquê da continuidade da lacuna estatutária, que se pretende sanar, porque se tornou flagrantemente conflitante com as disposições vigentes e antes anunciadas.

Oportuno que se ilustre “in concreto” esta justificativa, com entendimento já esposado pelo Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (In Rev. do T.C. número 20/abril - 1974, pág. 47-48), no Processo de Natureza Administrativa, sob protocolo número 4830/73 - TC, em que foi relator o Conselheiro Leônidas Hey de Oliveira, cujas ementa e decisão são as seguintes:

“EMENTA: Contagem de tempo de serviço, relativo a férias não gozadas junto a Autarquia Estadual. FUNCIONÁRIO SOB REGIME DA C.L.T. Contagem de tempo, referente a licença especial. Quinquênio completado com tempo de serviço na mesma Autarquia. Possibilidade. Pedido deferido para todos os efeitos legais.

DECISÃO: Deferido. Unânime.

Pode parecer à primeira vista que a redação que pretendemos dar ao Artigo 130 — inciso III, esteja prejudicada em face do recentemente aprovado substitutivo do projeto de lei que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.

Já dissemos que nosso objetivo é o de adaptar aquele artigo, à moderna definição legal administrativa, embora o espírito da lei de reciprocidade em tramitação no Congresso Nacional venha a reforçar nossa proposição.

## PROJETO DE LEI NÚMERO 47/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica incluído no artigo 130, item III, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo), o tempo de serviço prestado à autarquia instituída pelo Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1977.

(a) ALFREDO GULIN

## JUSTIFICATIVA:

A Reforma Administrativa da administração estadual, foi institucionalizada pela Lei número 6636, de novembro de 1975, a qual definiu as autarquias como um dos instrumentos de que dispõe o Estado para realização de seus objetivos teleológicos, à par das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Ademais, disso, essa lei determinou que o regime jurídico do pessoal das autarquias é o da legislação trabalhista, regime,



aliás, o que é o adotado nos demais órgãos da administração indireta referidos.

Por outro lado, os servidores das autarquias são alcançadas subsidiariamente pelas disposições do Estatuto dos Funcionários do Poder Executivo, "ex-vi" do seu artigo 360, assim vazado:

"O regime jurídico deste Estatuto é aplicável no que couber, aos servidores da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e das Autarquias do Estado do Paraná".

Dando por suposto que tais servidores sejam regidos por disposições próprias, pertinentes à peculiaridades de cada uma dessas entidades de direito público.

Portanto, como os servidores com tempo de serviços prestados à fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista já se encontram amparados pelo artigo 130, item III, do Estatuto dos Funcionários do Poder Executivo, é mister que se disponha equitativamente e se estabeleça identidade de tratamento aos servidores das autarquias instituídas pelo Estado do Paraná, garantindo-lhes, quando porventura venham a prestar serviço em regime diverso do estatuto, a contagem do respectivo tempo para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Este é o propósito do presente ante-projeto de lei, que tenho a honra de submeter à alta apreciação desta dought Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Requerimento ao Projeto de Lei número 47/77

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, designando Relator ao Projeto de Lei número 47/77, requer seja o mesmo plano de lei convertido em diligência junto à Divisão das Comissões para que seja informado da existência ou não de projeto em tramitação que verse sobre a mesma matéria.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1977.

(aa) MAURÍCIO FRUET — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 83/75

O presente projeto de lei, da lavra do eminente Deputado Ivo Thomazoni, tem por escopo inserir a figura da autarquia, em paralelo com as demais entidades no inciso III do artigo 130 da Lei número 6174 de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado), para os efeitos de contagem de tempo para fins de aposentadoria e disponibilidade.

Analisando os aspectos legais que regulam a matéria, somos de parecer que S.M.J. a proposição está em condições de ser aprovada pela Casa.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 83/75

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente Projeto de Lei número 83/75, tem por finalidade alterar o inciso III, do Art. 130, da Lei número 6174 de 16/11/70 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da dought Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro, competência restrita desta Comissão, temos a opinar que a matéria se encontra em condições de merecer a aprovação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 91/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, o lote número 10, da quadra 64, da planta oficial daquela cidade. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CTIC., por unanimidade. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 91/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, o lote número 10, da Quadra 64, da planta oficial da cidade de Paraíso do Norte.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O Lote número 10, da Quadra 64, em apreço, é o local onde está construído o antigo Forum da Comarca de Paraíso do Norte.

Agora, um novo e moderno Forum foi edificado no município, com inauguração marcada para o mês de setembro de 1976.

É de se ressaltar que o lote em questão fora, pelo município, doado ao Estado para a construção do antigo Forum; por conseguinte, com a doação ora pretendida, voltaria ao domínio municipal o terreno que anteriormente lhe pertencera.

Sendo o antigo Forum um prédio que se encontra em más condições de aproveitamento, a Prefeitura poderia restaurá-lo e nele instalar alguns de seus Departamentos, promovendo uma descentralização de setores, o que certamente virá em benefício da Administração Municipal de Paraíso do Norte.

Configurando-se justa, portanto, a medida, espera o subscritor merecer a indispensável acolhida por parte de seus nobres Pares.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 91/76

De autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a doar, à Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, o Lote número 10, da Quadra 64, da planta oficial daquela cidade.

A medida aqui pleiteada é do interesse e de utilidade para o Município de Paraíso do Norte. Não vemos nenhum óbice à sua concretização através deste plano de lei, tanto mais que o aludido terreno, como se afirma na própria justificativa, poderá ser aproveitado para instalação de Departamentos da referida municipalidade. Cremos que a iniciativa é das mais louváveis e oportunas.

Quanto ao aspecto constitucional e legal, nada há que possa impedir seja esta medida convertida em lei.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1976.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 91/76

O presente Projeto de Lei número 91/76, de autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, tem por finalidade doar à Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, lote de terreno que especifica.

A matéria recebeu parecer favorável, e através de um requerimento no pedido de vistas feito pelo nobre Deputado Lineu Turra, em 15 de setembro de 1976, foi instruída com certidão do Registro de Imóveis, especificando o imóvel objeto da doação.

Diante do exposto, irratificamos o parecer anteriormente

proferido, o qual seja, favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1977.  
(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
FABIANO BRAGA CORTES — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 91/76

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, o lote de terreno que especifica.

Sobre o projeto, analisando o seu aspecto constitucional, manifestou-se favoravelmente, a douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, examinando-se o aspecto financeiro, temos que nada há opor quanto a sua aprovação, razão pela qual opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1977.

(aa) JOÃO FADEL — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei número 91/76

De autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, tem por finalidade o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, o Lote número 10, da Quadra número 64, da planta oficial daquela cidade.

O presente plano de lei tramitou pelas doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, normalmente, com apenas um pedido de diligência no sentido de ser comprovada a propriedade do imóvel, o que foi satisfeito através da anexação de certidão do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

Desta forma, não vemos qualquer óbice ao trâmite normal e regular deste projeto de lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1977.

(aa) EGON PUDELL — Presidente  
WERNER WANDERER — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 51/77, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, anexo ao Projeto de Lei número 04/77, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a "Guarda-Mirim de Campo Mourão", com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 51/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a "Guarda-Mirim de Campo Mourão", com sede na cidade de Campo Mourão.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

A "Guarda-Mirim de Campo Mourão", é uma entidade fundada em 26/05/75, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal número 82, de 26/08/75.

É uma instituição com fins de preparar menores do sexo masculino para a vida profissional e moral, oferecendo-lhes aprendizagem em muitos aspectos, graciosamente.

Juntando os documentos que a lei exige, espero a apro-

vação.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 04/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a "Guarda-Mirim de Campo Mourão", com sede na cidade de Campo Mourão.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN e AUGUSTO CARNEIRO  
JUSTIFICATIVA:

A "Guarda-Mirim de Campo Mourão" é uma entidade fundada em 1975, reconhecida de utilidade pública pela Lei número 82, de 26/08/75.

É uma instituição com fins de preparar para a vida profissional, com assistência moral as crianças necessitadas, do sexo masculino, oferecendo aprendizagem profissional, conforme consta dos estatutos anexo.

Por sua elevada finalidade filantrópica, solicito a aprovação do plano de lei em pauta.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 51/77

De autoria do nobre Deputado Augusto Carneiro, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a "Guarda-Mirim de Campo Mourão", com sede na cidade do mesmo nome.

Preliminarmente, deve-se observar que o Projeto de Lei número 04/77, foi anexado a este, a requerimento do próprio autor, por tratarem ambos de matéria semelhante.

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Campo Mourão, na preparação de menores do sexo masculino, oferecendo-lhes aprendizagem nos mais variados aspectos e graciosamente.

Não visa lucros ou dividendos, preenchendo, assim, todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Quanto ao aspecto constitucional ou legal, não existe impedimento algum que possa obstar o trâmite normal do presente plano de lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
FABIANO BRAGA CORTES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 53/77, de autoria do Deputado Accioly Neto, que denomina "Professor Gaspar Duarte Velloso", o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná, situado em Curitiba. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 53/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica denominado "Professor Gaspar Duarte Velloso" o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná, situado em Curitiba, no bairro do Boqueirão, à Rua Cel. Luiz José dos Santos, número 1651.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com o presente plano de lei, prestar homenagem ao ilustre homem público, que foi Gaspar Duarte Velloso — filho de Antônio Duarte Velloso e Ernesta Dalledone

Velloso — Nasceu em Curitiba a 10 de agosto de 1903. Fez o curso primário na Escola Americana e no Colégio Santa Júlia, daquela cidade. Concluindo os estudos de Humanidades no Ginásio Paranaense, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Paraná, pertencendo à turma de 1929.

Advogado, jornalista e político, foi Diretor do Jornal "O DIA" e redator da "Gazeta do Povo", órgãos da imprensa paranaense.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 53/77

O presente projeto de lei número 53/77, de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, visa denominar "Professor Gaspar Duarte Velloso" o Centro de Treinamento do Magistério do Paraná, situado nesta Capital.

Analisando a justificativa que acompanha o Projeto, concluímos que seu objetivo de prestar homenagem póstuma a essa ilustre personalidade paranaense é justa e merecedora do respeito desta Casa, pois, grande parte de sua vida foi dedicada ao nosso Estado.

No setor de Educação, exerceu diversos cargos, entre os quais o de Inspetor de Ensino e Professor de diversas Faculdades, tendo sido convidado a ocupar o cargo de Diretor Geral de Educação e Cultura do Estado do Paraná.

Quanto ao aspecto constitucional, não existe, a rigor, norma que proíba a matéria contida neste projeto e, quanto à sua oportunidade e conveniência, nada temos a opor.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

FIDELCINO TOLENTINO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 56/77, de autoria do Deputado Quieise Crisóstomo, que declara de utilidade pública a "Sociedade São João Batista", com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em discussão.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 56/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade São João Batista, com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de maio de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade São João Batista, que ora se pretende declarar de utilidade pública, presta, realmente, relevantes serviços à comunidade bocaiuense, de forma desinteressada, pois nada cobra daqueles a quem serve.

O elenco de serviços que a referida Sociedade presta à população de Bocaiúva do Sul, por sinal vasta, por si só justifica a apresentação do presente plano de lei.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e, afinal, a necessária aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 56/77

De autoria do nobre Deputado Quieise Crisóstomo, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Sociedade São João Batista, com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul, neste Estado.

Sem dúvida, pela documentação apresentada, verifica-se que a entidade acima presta relevantes serviços no campo da

filantropia, da educação e da assistência social, à comunidade de Bocaiúva do Sul. Não visa a mesmos lucros ou dividendos, os membros da sua Diretoria e não recebem qualquer remuneração, preenchendo, assim, todas as condições exigidas pela legislação federal e estadual para ser declarada de utilidade pública.

Impedimento de ordem constitucional ou legal que possa oferecer obstáculo à tramitação normal por esta Casa do presente plano de lei, não existe algum.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Líder do MDB, Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, apenas para encaminhar à Mesa uma sugestão que, acredito, abreviará os trabalhos para a Mesa e para o Plenário.

Como os Srs. Deputados podem acompanhar pela Ordem do Dia, o assunto de que trata cada projeto, permito-me sugerir a V. Exa. que, ao anunciar cada matéria, o faça apenas citando o número e o autor da proposição. O restante o Deputado acompanhará pela pauta que tem em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência recebe a sugestão do nobre Deputado e informa: a Presidência, quando a propositura é de autoria de Srs. Parlamentares, faz questão de ler a súmula constante da Ordem do Dia e cita tão somente o número para projetos de resolução ou oriundos de Mensagem Governamental. Este tem sido o procedimento.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 155/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga o município de Cascavel e Formosa do Oeste. Pareceres contrários da CCJ., e CF., e favorável da COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 155/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica incluída no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a cidade de Cascavel a Formosa do Oeste, passando por Cafelândia e Nova Aurora.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

É intenso o tráfego de veículos que se desenvolve entre Cascavel e Formosa do Oeste, principalmente por parte de caminhões de médio e grande porte.

O escoamento de produtos agrícolas dessa conhecida micro-região do oeste paranaense se procede de maneira sempre crescente. Esse fato, aliado à péssima conservação da estrada, faz com que a mesma se apresente em condições precárias, não resistindo a qualquer intempérie.

A grande movimentação de veículos, por sua vez, em tráfego já superado daquela rodovia, não deixa oportunidade para que a mesma ofereça qualquer segurança a quantos dela se utilizam.

Devemos levar em consideração, ainda, que o trecho de estrada que pretende incluir no Plano Rodoviário Estadual, passa por Cafelândia do Oeste, onde está situada a Cooperativa Agrícola Consolata, que recebe em depósito milhares de toneladas de cereais para posterior transporte aos centros consumidores.

Ao lado de sua produção agrícola, a pecuária se constitui igualmente, em fator de grande projeção econômica da região.

No tocante à arredação que proporciona ao Estado, Cascavel destaca-se, depois da Capital do Estado, entre os cinco municípios de maiores rendas, razão pela qual deve merecer atenção especial de nossos governantes.

Essa estrada corta três poderosos municípios, além de Cafelândia, que tem projeto de lei tramitando nesta Casa, pretendendo emancipação, e cuja região representa um dos maiores percentuais de produção, talvez superior ao polo liderado por Palotina.

Não se pode prescindir desse reconhecimento, nem se pode permitir que esse sôfrego povo fique à mercê de projetos futuros e incertos.

Enfatizamos e encarecemos com vigorosa veemência a real necessidade dessa estrada e, mais ainda, pelo fato dela ser um imperativo de direito e de justiça para com a população daquela rica região produtora, que sempre viveu desassistida pelos governantes.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 155/75

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, o presente projeto de lei 155/75, visa integrar no Plano Rodoviário Estadual em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga o município de Cascavel a Formosa do Oeste, passando por Cafelândia e Nova Aurora.

O projeto se encontra plenamente justificado, e do seu exame, deduz-se a necessidade para a região, da obra pretendida.

Entretanto, a constituição estadual no seu Art. 35, veda totalmente tal iniciativa por meio desta Assembléia, isto porque, a inclusão de obras no Plano Rodoviário que são programadas pelo Executivo, importa em aumento de despesa pública.

Isto exposto, o nosso parecer é pela rejeição do projeto por julgá-lo INCONSTITUCIONAL.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1977.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
NILSO SQUAREZI — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 155/75

O Projeto de Lei número 155/75, de autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, visa integrar no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga o município de Cascavel a Formosa do Oeste.

Sobre a matéria já manifestou-se contrariamente, argüindo a sua inconstitucionalidade, a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Tendo em vista esse parecer, dentro do âmbito desta Comissão de Finanças, nos manifestamos também contrariamente à sua tramitação, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei número 155/75.

O ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, através do presente projeto de lei, visa integrar no Plano Rodoviário do Estado, para retificação e pavimentação, com execução em caráter prioritário, a estrada que liga Cascavel a Formosa do Oeste.

No âmbito desta Comissão, a proposição há de ser estudada quanto ao interesse coletivo.

Sendo este, o nosso entendimento, porquanto da própria

justificativa que inspirou o autor na sua elaboração, ressalta sobremaneira o interesse coletivo e do Estado na inclusão da obra no plano rodoviário como pretende o autor.

Desta sorte, o nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1977.

(aa) FUAD NACLI — Presidente  
LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 146/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 334/77 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ivaí, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 147/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 335/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ivaiporã, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 148/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 336/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ivatuba, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 149/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 338/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Jundiá do Sul, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª — DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 150/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 340/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município da Lapa, objetivando reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 151/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 341/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Loanda, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1ª — DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 152/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 342/77, aprova o termo

de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MAN-DAGUAÇU, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 153/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 343/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MAL. CÂNDIDO RONDON, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 162/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 362/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de RIO AZUL, objetivando execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 163/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 363/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SALTO DO LONTRA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 164/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 367/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA MARIA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, nós temos aqui, estamos discutindo o projeto que aprova o convênio com o Município de Santa Maria. Santa Maria, fica no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Santa Mariana. A Presidência pode ler a súmula constante do projeto de lei. (lê). V. Exa., todavia, tem razão. A Divisão encarregada da elaboração do avulso, eliminou as letras, reduzindo o nome de Santa Mariana para Santa Maria.

A Presidência adverte para que se faça a correção necessária.

Em votação o Projeto de Resolução no. 164/77. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 165/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 368/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 166/77, de au-

toria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 372/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 167/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 375/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TAPIRA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 168/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 376/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TIJUCAS DO SUL, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 169/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 377/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TOLEDO, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 170/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 379/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de XAMBRE, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 171/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 380/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de WENCESLAU BRAZ, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 200/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 365/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA INÊS, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino como especifica, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 201/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 370/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO JORGE DO OESTE, objetivando execução de reparos no

prédio onde funciona o Grupo Escolar de São Jorge do Este, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 208/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 09/77, ex-Proposição no. 170/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 209/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 15/77, ex-Proposição no. 176/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Em discussão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, eu gostaria de merecer de V. Exa. um esclarecimento com referência ao Projeto de Resolução no. 209/77. O projeto anterior, no. 208/77, tem a mesma súmula. (Lê).

Gostaria de merecer de V. Exa. um esclarecimento a respeito. Saberá a razão para a proposição de dois projetos de resolução no mesmo sentido?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência vai conferir (Pausa). A Presidência informa ao eminente Deputado que realmente trata-se de convênios que, um completa o outro. Um assinado a 26 de janeiro de 1977 e o outro assinado em 3 de dezembro de 1976.

Em discussão o Projeto de Resolução no. 209/77. Encerrada a discussão. Em votação. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 217/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 38/77, ex-Proposição no. 235/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ARAPOTI, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Grupo Escolar Gaspar Veloso, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 218/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 288/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ALVORADA DO SUL, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 219/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 294/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAQUARA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Romário Martins, na sede do referido Município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 221/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 61/77, ex-Proposição no. 306/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 222/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 317/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, objetivando execução de obras de reparos em estabelecimentos de ensino na sede do referido Município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 223/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 321/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CÉU AZUL, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Leôncio Corrêa e Vital Brasil, na sede daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 224/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 337/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JAGUARIAÍVA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Hospital Carolina Lupion, na sede daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 225/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 339/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JUSSARA, objetivando execução de reparos em prédios do Estado, naquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 226/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 346/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARUMBI, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Joaquim José da Silva Xavier, daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 227/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 366/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA IZABEL DO OESTE, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Barão do Rio Branco e a Unidade Sanitária, da sede daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 228/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 371/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado



do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 229/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 374/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TAPEJARA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Tapejara, na sede daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. - APROVADO

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Boleslau Wzorek, ocorrido na cidade de Araucária. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Boleslau Wzorek, ocorrido na cidade de Araucária. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando a anexação do Projeto de Lei no. 07/77, ao Projeto de Lei no. 08/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. TRAJANO BASTOS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

A Presidência lamenta informar, regimentalmente, não pode lhe conceder a palavra no encaminhamento da votação, mas lhe concede democraticamente, a palavra, pela ordem.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, dado ao grande número de projetos que o ilustre Líder da ARENA requer a dispensa de Redação Final...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) É tão somente da publicação da Redação Final.

O SR. TRAJANO BASTOS — ... de publicação da Redação Final, é difícil para o Deputado, se localizar a respeito do assunto de que trata cada projeto, desta natureza. Eu pedia a V. Exa. que orientasse o Plenário neste sentido.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência pode informar:

Os projetos de resolução que são a grande maioria, todos tratam de convênios celebrados, inclusive, todos aprovados em 1.a, 2.a e 3.a discussão e votação.

Quanto aos projetos de lei, também aprovados, já em 3.a discussão e votação, a Presidência não pode precisar. Todavia, tem condições para informar:

Dentre os projetos de dispensa de publicação de redação, consta uma Mensagem Governamental, que trata da criação de cargos e fixa vencimentos do Quadro do Magistério.

E o outro que trata do PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO. E os demais, todos os projetos de utilidade pública, sem importância, e de convênios.

A Presidência deve fazer um esclarecimento:

Realmente, se a Presidência determinasse a publicação da Redação Final dos projetos de lei, nas Ordens do Dia, volumosas como têm sido, honestamente, não teríamos condições de

concluir os trabalhos de publicação, sem que antes estejam vencidos trinta dias desta data. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de providenciar verificação sobre as condições de segurança oferecidas pelo imóvel onde está funcionando a Agência Centro do Departamento de Rendas Internas, à Rua Riachuelo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do expediente, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito na cidade de Cuiabá, Capital do Estado do Mato Grosso. — Em discussão.

O SR. FUAD NACLI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando sejam enviados expedientes à Superintendência Regional do INPS e à Associação Médica do Brasil, consubstanciados em denúncias por atendimento médico-hospitalar delituoso e exigindo providências. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja designada uma Comissão de Parlamentares para visitar em caráter oficial, as obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu - Binacional. —

A Presidência se confessa até temerosa da constituição da aludida Comissão, sem que previamente a bi-nacional haja convidado os Parlamentares para, oficialmente, visitarem aquela obra.

Todavia, dispõe, se aprovado o aludido requerimento, a entrar em contato com a direção da Bi-nacional e, se fixada data para tanto, a Presidência designará os Srs. Deputados para a aludida visita. Em discussão. Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, apenas para me situar no requerimento, porque, quando formulei o mesmo, foi exatamente com o objetivo do Parlamentar paranaense com assento nesta Casa do Povo, que ele representa, poder merecer a concessão de olhar a obra, contemplar o monumento revolucionário que é a gigantesca bi-nacional de Itaipu.

Confesso a V. Exa. e aos eminentes Deputados, que realmente é de estranhar que a bi-nacional de Itaipu impeça que os Srs. Deputados, que têm interesse no território paranaense, a visitem.

Acho que será até odiosa uma posição desta natureza. Mas não quero fazer pré-julgamento.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência justifica

a apreensão manifestada. Em se tratando de empresa bi-nacional e sujeita aos cuidados e segredos mantidos no andamento de suas obras e considerando não abrigar a bi-nacional de Itaipu sequer uma empresa paranaense, a Presidência sente-se no dever de alertar: se por um lado a COPEL tem convidado, reiteradamente esta Casa, para que os Srs. Deputados visitem as obras da Usina de Foz do Areia, por outro lado, é bem verdade, que esta Casa mantém, e manifestou reiteradas vezes, a disposição de certos cuidados, não somente com a bi-nacional Itaipu, mas também com a Eletrobrás, que tem causado, através da Eletrosul, vários problemas de ordem social nas áreas inundadas.

A Presidência quando fez menção de aprovar o requerimento e sobrestar a indicação dos Srs. Parlamentares, sem antes contatar com a direção da bi-nacional, o fez para evitar que os Srs. Parlamentares, representantes da coletividade, venham a sofrer quaisquer desconsiderações na visita a Itaipu.

Em votação o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, apenas para trazer um esclarecimento, porque tenho certeza que não haverá oposições nessa visita. Acredito que, dentro deste Parlamento, não há nenhuma possibilidade de se criar problemas de ordem interna, nem de ordem externa, ao Brasil ou ao amigo fraterno e vizinho Paraguai.

E de se estranhar, porque penso que em qualquer parlamento nacional os homens que os compõem são responsáveis, a não ser que tenham sido acometidos de algum espírito mau, que possa criar neles um privilégio de serem tachados, de serem pré-julgados de subversivos, ou de uma outra coisa qualquer, cujas bruxas andam soltas.

Portanto, não vejo nenhuma possibilidade de se adiantar um julgamento nesta Casa de Leis.

Penso e acredito que, afora as minguadas prerrogativas constitucionais e parlamentares, acredito que, ainda que não fôssemos parlamentares, a bi-nacional não faria qualquer oposição, porque outros visitantes, mesmo estrangeiros, têm acesso àquelas obras, desde que contactuem com a direção da bi-nacional Itaipu. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência acolhe as ponderações do eminente Deputado autor da proposição.

A Presidência agiu assim porque esta é a primeira vez que o requerimento precede ao convite da visita. E tendo havido essa inversão, a Presidência teve esses cuidados necessários para contactar, antes de designar uma comissão de visita.

Continua em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, quero manifestar meu voto contrário a esse requerimento, embora reconheça um dever de gentileza que devesse à Itaipu formular esse convite.

Peço escusas ao autor do requerimento por manifestar-me assim. Mas, parece-me que se esse requerimento for aprovado, colocará a Assembléia numa posição humilhante, porque estaria insinuando uma visita à Bi-nacional, o que não ficaria bem.

Lamento, mas voto contra, por entender que esta Assembléia ficaria numa posição muito delicada.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) - Continua em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, eu confesso que o meu primeiro impulso foi votar contrariamente ao requerimento do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, uma vez que é muito feio a gente se convidar para um lugar onde não seja convidado.

Mas, Sr. Presidente, o Senhor deu a dimensão e deu a razão para se votar a favor. Eu quero conhecer a dimensão desta Assembléia. Eu quero ver se ela não se contém apenas nestas quatro paredes deste Plenário. Eu vou votar contra e peço aos Srs. Deputados que apesar de ser um auto-convite, nós, através deste requerimento, venhamos a saber qual o posicionamento destes homens que praticamente, no seu dizer, invadiram o Paraná e viraram todo-poderosos em relação aos seus representantes, os representantes do povo.

Por isso, votarei a favor, e peço encarecidamente aos Srs. Deputados, que votem a favor para, agora sim, conhecermos a dimensão, já que S. Exa. levantou um problema: seremos nós convidados? Admitirão a nossa entrada nas obras?

Então, paguemos para ver. — (Sem revisão do orador).

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, por uma questão

de princípio pessoal e o requerimento não envolve mais do que a posição pessoal, de Deputado, quando chegar a uma casa alheia, e não me deixarem entrar, não volto mais.

Tenho uma experiência pessoal lamentável de ter sido barrado nas obras da Eletrosul. Inclusive em caso de necessidade; eu não consegui passar numa determinada ocasião, mesmo exibindo minha credencial de Deputado, nunca entrei nas obras da Eletrosul.

E conheço bem o temperamento deste pessoal destas empresas. V. Exa. mesmo, sei que passou até um vexame numa ocasião em que acreditou na palavra dos representantes da Eletrosul na sua região. E até hoje não sabe como se justificar perante seus próprios companheiros que, iludido pela boa fé, acreditou em determinada palavra de determinado diretor, quando disse que iria pagar expontaneamente as indenizações de nossa região.

Então eu acho que é muita humilhação para Deputados formarem uma comissão para ir visitar uma obra de território nacional. Porque isto é uma questão de soberania. Ou afinal de contas temos liberdade de ir e de vir, ou não temos?

Voto contra por isto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, ou não bem entendi o requerimento colocado à deliberação da Casa pelo Deputado Fidelcino Tolentino, ou não estou entendendo a forma com que está colocando a pretensão de Deputado.

Tenho para mim que a Assembléia do Paraná, no uso de suas prerrogativas e no exercício do seu dever, já iniciou um estudo sério a respeito deste problema.

Alguns Deputados têm se revezado nesta tribuna falando e analisando Itaipu e tudo o que dela decorre. A esta Casa já veio a direção nacional de Itaipu, convidada pela Assembléia Legislativa, expondo o que se faz neste rincão paranaense.

Se efetivamente a intenção é de apenas passearmos pela obra, é de apenas conhecermos o que se faz lá, me parece que não tem sentido.

Mas também entendo que não é este o objetivo do Deputado Fidelcino Tolentino. Que não se vai lá como simples visitante. Lá se vai como Parlamentar, como Deputado, e mais do que visitar, fiscalizar o que está ocorrendo.

É o território paranaense que sedia esta obra. É extensão muito grande de terras ricas que serão alienadas em razão da obra. São milhares de criaturas vindas do Brasil inteiro, atraídas pela obra morando no Paraná e naquele local.

São cidades paranaenses tendo as suas vidas completamente modificadas.

Não é possível, Sr. Presidente, que a Assembléia não tome sensibilidade por isto. Não é possível, Sr. Presidente, que esta Casa não entenda o que efetivamente está ocorrendo.

Se no requerimento o Deputado tiver o sentido de apenas visitar a obra, parece-me que isto será feito, deverá ser feito por qualquer Deputado, a qualquer momento, por qualquer pessoa.

Agora, o que entendo é que esta Casa se represente por uma Comissão e vá lá proceder estudos e levantamentos, para trazer aqui, de volta, o subsídio que colher no estudo que está se fazendo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência fará a leitura do corpo do requerimento:

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja designada uma Comissão de Parlamentares para visitar, em caráter oficial, as obras da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, dando-se ciência ao Exmo. Sr. Dr. Carlos

Cássio de Paula Freitas, Diretor de Coordenação Adjunta, à Rua Marechal Deodoro . . ."

A Presidência tomou-se das cautelas necessárias.

Tem conhecimento, a Presidência, de que, autoridades deste Estado, pretendendo visitar as obras da Binacional, não tiveram acesso ao canteiro de obras. E pretendendo que este Poder não sofra o vexame de, consignada a Comissão, não ver designado data e hora para a visita, é que a Presidência, tomando-se de cautelas, determinou, ou pretendeu, aprovado o requerimento, tão somente designar os membros da Comissão, após os contatos que visem a indicação da data e hora das visitas.

Esta, a decisão da Presidência.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — APROVADO.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente requere verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE. — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e procederá a verificação de votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

— (É verificada a votação).

15. Srs. Deputados aprovam, 10 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Ministro da Educação e Cultura, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja criado e instalado no Município de Londrina, o Curso de Agronomia, junto à Universidade Estadual de Londrina. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, consubstanciado em apelo, no sentido de que na distribuição de novas cotas de trigo para o Paraná, passem a ter primazia os moinhos para diversos municípios, com uma reserva de 40.000 T, somente para eles. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino

Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, através da Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A, sejam prestadas informações sobre a participação daquele estabelecimento oficial de crédito em operação que teria sido procedida conjuntamente com outros Grupos Seguradores, visando elevação de capital social da Paraná Cia. de Seguros. Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente  
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sem prejuízo da deliberação para se discutir, encaminho requerimento incidente, que pede seja encaminhado ao Sr. Secretário de Finanças, por motivo de competência.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre o requerimento cuja discussão foi adiada para a próxima sessão, há outro requerimento do Deputado autor, Fidelcino Tolentino. S. Exa. no uso de suas atribuições regimentais: (Lê): onde se lê "requer seja encaminhado ofício ao Sr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado, leia-se "seja encaminhado ofício ao Sr. Dr. Jayme Armando Prosdócimo, DD. Secretário de Estado das Finanças", emenda que estará sujeita à discussão na próxima sessão, juntamente com a discussão do requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 83/75, 91/76, 51, 53, 56/77 e 155/75.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 200, 201, 208, 209, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 225, 224, 226, 227, 228 e 229/77.  
Levanta-se a sessão.